



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
INTEGRAÇÃO**

**A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DE MORALES E SUAS RELAÇÕES  
COM A CHINA (2006-2019):  
TENDÊNCIAS, DILEMAS E CONTRADIÇÕES**

**JÉSSICA SCHRODER PEREIRA**

Foz do Iguaçu  
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
INTEGRAÇÃO**

**A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DE EVO MORALES E SUAS RELAÇÕES  
COM A CHINA (2006-2019):  
TENDÊNCIAS, DILEMAS E CONTRADIÇÕES**

**JÉSSICA SCHRODER PEREIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof. Dra. Paula Daniela Fernandez

Foz do Iguaçu  
2023

JÉSSICA SCHRODER PEREIRA

**A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DE EVO MORALES E SUAS RELAÇÕES  
COM A CHINA (2006-2019):  
TENDÊNCIAS, DILEMAS E CONTRADIÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof. Dra. Paula Daniela Fernandez  
UNILA

---

Prof. Dr. Fernando Correa Prado  
UNILA

---

Prof. Dra. Renata Peixoto de Oliveira  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Jéssica Schroder Pereira

Curso: Relações Internacionais e Integração

		Tipo de Documento
<input checked="" type="checkbox"/> graduação	<input type="checkbox"/> artigo	
<input type="checkbox"/> especialização	<input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso	
<input type="checkbox"/> mestrado	<input type="checkbox"/> monografia	
<input type="checkbox"/> doutorado	<input type="checkbox"/> dissertação	
	<input type="checkbox"/> tese	
	<input type="checkbox"/> CD/DVD – obras audiovisuais	
	<input type="checkbox"/> _____	

Título do trabalho acadêmico: A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DE EVO MORALES E SUAS RELAÇÕES COM A CHINA (2006-2019): TENDÊNCIAS, DILEMAS E CONTRADIÇÕES.

Nome do orientador(a): Paula Daniela Fernandez

Data da Defesa: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho aos meus pais, Maristela e Vinícius.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha professora orientadora, Dra. Paula Fernandez, pelo suporte e orientação ao longo desta jornada. Sua dedicação, conhecimento e paciência foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e profissional. Sua disponibilidade em compartilhar seus conhecimentos, orientar minhas pesquisas e fornecer feedback valioso foram essenciais para a conclusão deste trabalho.

Eu não poderia deixar de expressar minha gratidão à minha mãe, por ser minha maior educadora, minha fonte de sabedoria e meu eterno apoio. Seu legado como pedagoga e como mãe será sempre uma inspiração para mim. E ao meu pai, que desde sempre me incentivou e me ensinou o valor do estudo. Quando duvidei de mim mesma, você esteve lá para me lembrar do meu potencial. É com muito orgulho que compartilho essa conquista com vocês. Seu amor incondicional, apoio constante e sacrifícios foram fundamentais na minha jornada acadêmica. Sou grata pela confiança que depositaram em mim e por serem minha fonte de inspiração e motivação todos os dias.

Gostaria de expressar meu sincero agradecimento à minha colega de curso, Maria Eduarda. Sua presença ao longo desses anos foi essencial para compartilhar experiências, superar desafios e celebrar conquistas juntas. Sua amizade e colaboração foram um incentivo fundamental para o desenvolvimento deste trabalho e para a nossa graduação.

Agradeço também a todos os professores e demais membros da UNILA que contribuíram de alguma forma para o meu aprendizado e formação durante o curso. Suas aulas, conhecimentos transmitidos e orientações foram de extrema importância para a minha formação acadêmica.

Este trabalho de conclusão de curso não teria sido possível sem a contribuição de cada uma dessas pessoas especiais. Sou grata pela presença e apoio de todos ao longo dessa jornada. Obrigada!

*O que fere a terra fere também os filhos da terra. O homem não tece a teia da vida; é antes um de seus fios. O que quer que faça a essa teia, faz a si próprio.*

***Chefe Seattle***

## RESUMO

O presente trabalho consiste em analisar a política econômica do governo de Evo Morales e as relações internacionais entre a República Popular da China e o Estado Plurinacional de Bolívia nesse período (2006-2019). O foco do artigo trata-se sobre a presença da China na América Latina e Caribe, mais especificamente na Bolívia, sendo uma região rica em recursos naturais essenciais para o desenvolvimento econômico chinês, alimentando suas indústrias de produtos eletrônicos. Observa-se, também, o contexto interno boliviano, durante o governo Morales, que promove um modelo de acumulação com forte participação do Estado, redistribuição de renda e incorporação das camadas populares. Portanto, o objetivo central da pesquisa baseia-se na caracterização do governo de Morales e as relações econômicas China-Bolívia, sendo a região boliviana um local de interesse econômico para diversos países desenvolvidos. A presença de capitais chineses no território boliviano e a política econômica desenvolvida durante o governo de Morales acarreta em impactos ambientais, sociais, econômicos e políticos que serão apontados no trabalho.

**Palavras-chave:** Relações econômicas internacionais; Estado Plurinacional de Bolívia; República Popular da China; Empresas e capitais chineses; Evo Morales.



## RESUMEN

El presente trabajo consiste en analizar la política económica del gobierno de Evo Morales y las relaciones internacionales entre la República Popular China y el Estado Plurinacional de Bolivia en este período (2006-2019). El artículo se centra en la presencia de China en América Latina y el Caribe, más específicamente en Bolivia, siendo una región rica en recursos naturales esenciales para el desarrollo económico chino, alimentando sus industrias de productos electrónicos. También se observa el contexto interno boliviano durante el gobierno de Morales, que promueve un modelo de acumulación con fuerte participación del Estado, redistribución de renta e incorporación de las clases populares. Por lo tanto, el objetivo central de la investigación se basa en la caracterización del gobierno de Morales y las relaciones económicas China-Bolivia, siendo la región boliviana un lugar de interés económico para varios países desarrollados. La presencia de capital chino en territorio boliviano y la política económica desarrollada durante el gobierno de Morales conlleva impactos ambientales, sociales, económicos y políticos que serán señalados en el trabajo.

**Palabras clave:** Relaciones económicas internacionales; Estado Plurinacional de Bolivia; República Popular China; Empresas y capital chinos; Evo Morales.

## ABSTRACT

The present study aims to analyze the economic policy about the government of Evo Morales and the international relations between the People's Republic of China and the Plurinational State of Bolivia in this period (2006-2019). The focus of the article is about the presence of China in Latin America and the Caribbean, more specifically in Bolivia, being a region rich in natural resources that are essential for the Chinese economic development, feeding its industries of electronic products. It is also observed the Bolivian internal context, during Morales government, which promoted a model of accumulation with strong participation of the state, redistribution of income and incorporation of the popular layers. Therefore, the central objective of the research is based on the characterization of Morales government and China-Bolivia economic relations, with Bolivian region being a place of economic interest for several developed countries. The presence of the Chinese capital in Bolivian territory and the economic policy developed during Morales government entails environmental, social, economic and political impacts that will be pointed out in this study.

**Key words:** International economic relations; Plurinational State of Bolivia; People's Republic of China; Chinese companies and capital; Evo Morales.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Fluxos em IEDs na China e no exterior (em US\$ bilhões) .....	20
<b>Gráfico 2</b> – PIB da China, EUA e Japão (2001-2021).....	21
<b>Gráfico 3</b> – Industrialização da China, EUA e Japão (2001-2017) .....	22
<b>Gráfico 4</b> – Destino das exportações bolivianas por região (em %).....	36
<b>Gráfico 5</b> – Origem das importações industriais bolivianas por região (em %).....	37
<b>Gráfico 6</b> – Bolívia: importações e exportações da China (2000-2022) .....	38
<b>Gráfico 7</b> – China: importações e exportações da Bolívia (2000-2022) .....	38
<b>Gráfico 8</b> – Bolívia: PIB per capita em US\$ (2006-2021) .....	44
<b>Gráfico 9</b> – Bolívia: Taxa de Incidência de Pobreza em US\$ (1999-2021) .....	45

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO SÉCULO XXI .....</b>	<b>18</b>
1.1 A ASCENSÃO CHINESA .....	18
1.2 AS RELAÇÕES DA CHINA COM AMÉRICA LATINA .....	23
<b>2 AS RELAÇÕES DE BOLÍVIA COM A CHINA DURANTE O GOVERNO DE EVO MORALES .....</b>	<b>28</b>
2.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA ERA MORALES .....	28
2.1.1 As Relações Bolívia-América Latina .....	28
2.1.2 As Relações Bolívia-Ásia.....	29
2.1.2.1 <i>O caso das relações com o Irã .....</i>	<i>29</i>
2.1.2.2 <i>O caso das relações com a China .....</i>	<i>30</i>
2.1.3 As relações conflituosas.....	30
2.1.3.1 <i>O caso das relações com os Estados Unidos .....</i>	<i>30</i>
2.1.3.2 <i>O caso das relações com o Chile .....</i>	<i>31</i>
2.1.4 A participação da Bolívia diante instâncias internacionais .....	31
2.2 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BOLÍVIA-CHINA .....	33
<b>3 A BOLÍVIA DURANTE O GOVERNO DE EVO MORALES (2006-2019).....</b>	<b>40</b>
3.1 A POLÍTICA SOCIAL E ECONÔMICA DA ERA EVO MORALES: ENTRE O BOM VIVER E O MODELO EXTRATIVISTA.....	40
3.2 OS ALCANCES, LIMITAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO PROJETO POLÍTICO ECONÔMICO DO GOVERNO MORALES E DAS RELAÇÕES COM A CHINA...	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

A República Popular da China (RPC) vem se tornando uma potência hegemônica incidindo no crescimento e fortalecimento dos vínculos econômicos, políticos e diplomáticos com nações de todos os continentes, incluída a América Latina e o Caribe – região rica em recursos naturais e de mercados emergentes. Logo a cooperação entre esses atores é relevante não somente para as relações econômicas, mas também para a influência geopolítica da China que busca apoio em questões de interesse mútuo no sistema internacional.

No caso de América Latina, as relações entre o gigante asiático e a região se aprofunda no século XXI, contexto que coincide com um período histórico marcado por governos progressistas e de esquerda em alguns países latino-americanos, os quais, em termos gerais, impulsionaram um modelo econômico predominante baseado no fornecimento de matérias-primas, tendo a industrialização como segundo plano (GANDARILLAS, 2014, p. 114). Esse processo também caracterizou a Bolívia, foco desta pesquisa, observando-se a mesma tendência, mas com as suas particularidades.

A Bolívia é um país mediterrâneo localizado na América do Sul, com uma população diversa e um território rico em recursos naturais, possuindo a Amazônia que corresponde a 43% de seu território. Estas características fazem dela um país muito atrativo para capitais originários das principais potências, como é o caso da China, que tem aumentado a presença no país sul-americano durante os governos de Evo Morales (2006-2019), quem foi eleito presidente em 2006 pelo Partido Movimento ao Socialismo (MAS), com forte apoio de trabalhadores e camponeses.

No século XX, a Bolívia passou por uma revolução em 1952 e por um golpe de Estado dado pelo general René Barrientos em 1964, implementando o regime militar e, como consequência, reprimindo sindicatos e partidos de oposição, ocupando militarmente as minas e proibindo as greves (ANDRADE, 2007, p. 139-140). A ditadura militar na Bolívia durou até 1982, quando Hernán Siles Zuazo venceu as eleições, fazendo com que a Bolívia voltasse a ter um governo constitucional. Em 1985, com a presidência de Victor Paz Entensoro, dá início ao modelo econômico neoliberal, que é marcado pela privatização e dissolução de empresas estatais bolivianas; como consequência acarreta em desemprego, pobreza e revoltas populares (PANNAIN, 2014, p. 67-72).

Dessa maneira, e num cenário de grandes conflitos sociais e a renúncia de presidentes<sup>1</sup>, Morales é eleito pela população para ir contra o modelo neoliberal, buscando atender

---

<sup>1</sup> Na presidência de Gonzalo Sánchez de Lozada (2002-2003) se dá o início da Guerra do Gás que apresenta insurreições populares contra o decreto de venda do gás; com a renúncia de Lozada, assume o poder Carlos Mesa Gisbert (2003-2005), que organiza um referendo sobre a gestão dos hidrocarbonetos e, embora a maioria da população tenha votado a favor da

várias demandas sociais e fortalecer o poder estatal. Porém, não conseguiu criar um modelo alternativo ao capitalismo dependente. Pelo contrário, observa-se o desenvolvimento de um modelo econômico primário-exportador, mas com tentativas de industrialização. Nesse sentido, mesmo tendo um posicionamento crítico do capitalismo em termos discursivos, tem se desenvolvido no país um capitalismo andino-amazônico, caracterizado pela nacionalização dos recursos energéticos, buscando aumentar o controle do Estado na economia, passando a ter sua produção direcionada às corporações estatais, como a empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) (GARCÍA LINERA, 2006). Essa estratégia do governo boliviano, que tenta sair da dependência, mas se apoia principalmente nas atividades extrativas de recursos naturais.

Isso gerou enormes contradições porque, embora o partido apoie trabalhadores e camponeses e, o próprio Morales seja descendente de indígenas, assim, promovendo o reconhecimento de seu povo, houve uma forte resistência a esse modelo por parte de povos indígenas e camponeses que lutavam, através de movimentos sociais, pelos seus direitos e seus territórios. Deste modo, as atividades extrativas, muitas delas vinculadas a capitais estrangeiros que incluem a China, mas não somente, impactou em algumas populações indígenas e camponesas e aprofundou o modelo extrativista. Assim mesmo, "con los años, y al calor de las nuevas modalidades de expansión de la frontera del capital, los conflictos también se fueron multiplicando, al tiempo que las resistencias sociales se hicieron más activas y organizadas" (SVAMPA, 2019, p. 32).

A partir do exposto, no presente trabalho nos propomos os seguintes objetivos:

#### Objetivo geral:

- Estudar a política econômica da Bolívia durante o governo de Evo Morales (2006-2019) e suas relações econômicas com a China.

#### Objetivos específicos:

- Descrever as relações diplomáticas do Estado Plurinacional de Bolívia durante o governo de Evo Morales (2006-2019), focando nas relações com a China.
- Examinar as relações econômicas do Estado Plurinacional da Bolívia com a China, observando as relações comerciais e a presença de empresas e capitais chineses no país.
- Indagar na política econômica do governo Morales, suas relações econômicas internacionais e os impactos socioambientais.

---

nacionalização, o presidente descarta essa medida e se limita a aumentar a taxa sobre o valor declarado dos lucros das grandes empresas, ocasionando em uma convulsão social intensa; com a renúncia de Mesa em Junho, assume o governo Eduardo Rodríguez Vetzé (2005) com um mandato-tampão até as eleições em Dezembro de 2005 (ANDRADE, 2007, p. 156-158).

## Relevância do tema

O interesse da China em países subdesenvolvidos se dá, principalmente, pelos recursos naturais que estas nações têm disponíveis, tema que acaba por se tornar pertinente no campo das Relações Internacionais. O motivo que explica a pertinência deste assunto se deve aos impactos gerados por essas relações, tanto ambientais quanto sociais.

No caso da Bolívia, o impacto causado nos povos indígenas, por conta das atividades extrativas realizadas sem a devida consulta prévia e sem o estudo digno do impacto ambiental que a prática irá causar no território, despovoando populações camponesas e destruindo ecossistemas é um tema relevante no âmbito internacional e precisa ser discutido. Dessa forma, analisamos o governo de Evo Morales, uma figura de ascendência indígena, que prometia o reconhecimento de seu povo e a soberania do Estado-nação, mas que apresenta tendências, dilemas e contradições que serão apontados no trabalho.

## Ferramentas teóricas

Para o desenvolvimento do trabalho recuperamos algumas contribuições de autores e autoras que recuperam o materialismo histórico assim como a ecologia política. Desse modo, trazemos alguns conceitos como imperialismo, potência, dependência, (neo) extrativismo, entre outros.

A etapa imperialista<sup>2</sup> no capitalismo – que começou no final do século XIX e se estende até hoje, contribuiu para o desenvolvimento econômico limitado e deformado dos países dependentes acentuando a desigualdade das nações. Surgiu, assim, um conjunto de países minoritários, as chamadas potências imperialistas, cujo investimento de capitais para os países em desenvolvimento se dirigiu, especialmente, a exploração de recursos naturais para alimentar as indústrias de nações desenvolvidas. Assim, os benefícios do capital estrangeiro na economia dos países subdesenvolvidos não eram direcionados ao próprio país, mas era exportado de volta ao investidor (AZCUY AMEGHINO E ROMERO, 2011, p. 17-18).

Azcuy Ameghino e Romero (2011) pontuam quatro características principais da etapa imperialista no desenvolvimento capitalista:

a) A concentração da produção e os monopólios: a competição entre capitais surge

---

<sup>2</sup> Para entendermos o subdesenvolvimento latino-americano, devemos entender a condição de dependência e também é necessária a compreensão do imperialismo para analisar a “desigualdade global”. Dessa forma, “como señalara Lenin, el imperialismo constituye una fase específica de la evolución del régimen capitalista” (AZCUY AMEGHINO E ROMERO, 2011, p. 15). Portanto, como os autores destacam, desde fins do século XIX até os primeiros anos do século XXI, essa fase é expressa na história, em termos de exacerbação das formas de dominação econômica e a disputa entre as potências de tomar posse de mercados estrangeiros, assim aprofundando a dependência.

com a formação de monopólios e oligopólios, tornando pequenas e médias empresas subordinadas a grandes corporações, logo ocorre a concentração da produção em empresas grandes e uma ramificação de empresas menores do ramo industrial e de matérias primas;

b) A fusão de capital bancário com o capital industrial: desenvolve-se o capital financeiro na economia. A centralização do capital bancário é proveniente da eliminação de pequenos bancos por bancos maiores por meio da absorção, anexação, fusão, subordinação ou participação por meio de ações – o capital bancário passa a controlar as operações capitalistas através de crédito.

c) O aumento da exportação de capitais: o excedente de capital nas superpotências é direcionado aos países com escassez de capital, baixos salários, preço relativamente menor da terra e com posse de matérias primas. Desse modo, esses países se incorporam ao sistema capitalista mundial, submetendo-se a dependência e atraso em relação ao desenvolvimento econômico e tecnológico, enquanto as superpotências obtêm os maiores lucros, assim como reservas de mercado, preferências comerciais, acesso a exploração de recursos naturais, garantias sobre os investimentos, entre outros.

d) A distribuição econômica e territorial entre as associações de capitalistas monopolistas e as potências imperialistas: o predomínio do capital financeiro e a concentração e centralização do capital permitem a expansão internacional de grandes corporações para aumentarem seus lucros e benefícios econômicos. Por outro lado, pela perspectiva político-diplomática, observam-se invasões unilaterais em terceiros países, causando conflitos – as nações oprimidas buscam resistência e as superpotências buscam uma “melhor” distribuição de benefícios econômicos e poder entre as superpotências.

Portanto, a etapa imperialista no desenvolvimento do capitalismo permitiu a concentração da produção em grandes corporações, adquirindo uma concentração de capital financeiro, proveniente da exportação de capitais à países em situação de subdesenvolvimento.

Con el surgimiento del imperialismo, bajo la influencia de la exportación de capitales sostenida en los aparatos estatales de las principales potencias que se fueron sucediendo o sumando en la cúpula del poder mundial, se configuró una renovada estructura asimétrica de las relaciones económicas, políticas y diplomáticas internacionales (AZCUY AMEGHINO E ROMERO, 2011, p. 15).

Essa dinâmica capitalista continua até o presente, com particularidades e a aparição e ascensão de novas potências, como a China. Diversos motivos levaram a essa ascensão, tais como variáveis econômicas – participação no comércio internacional, inversões globais e capacidade financeira – e variáveis não econômicas – política interna e externa e poder militar.



No sistema capitalista, quanto maior a participação e o peso relativo de uma nação no mercado mundial, mais ativa essa se torna na sociedade internacional – em busca de laços diplomáticos e crescimento do seu poder militar. Portanto, as corporações transnacionais aumentam suas exportações de capital com o propósito de aumentar seu lucro e sua participação no mercado mundial. Logo, gera uma competição entre as grandes empresas:

Asociados con la rivalidad intensificada de estos capitales se manifiestan los arreglos temporales entre competidores sobre producción, precio y políticas de ventas, las tarifas proteccionistas, guerras de precios, la puja por aprovisionarse de fuentes de materias primas y otros recursos, las inversiones en infraestructura e instalaciones necesarias de transporte y servicios públicos, las compras agresivas, las asociaciones y fusiones empresariales, y el desarrollo del mercado financiero como medio más eficiente para la movilización mundial de capital (ROMERO WIMER E FERNANDEZ HELLMUND, 2020, p. 5).

A ascensão chinesa permitiu a exportação de capitais a outros países, aumentando seu poder de barganha e alimentando a economia doméstica. Assim mesmo, América Latina, com abundância de recursos naturais torna-se uma região de interesse para o capital e para o processo de acumulação capitalista.

Em relação com o mencionado, Maristela Svampa (2019) aborda o fenômeno do extrativismo e recupera o conceito de acumulação por espoliação<sup>3</sup> do geógrafo David Harvey. Segundo a autora, o extrativismo caracteriza-se como um estilo de desenvolvimento baseado na extração e apropriação da natureza – um padrão de acumulação colonial, associado ao nascimento do capitalismo moderno. Já o neoextrativismo é um modelo de extrativismo que adquiriu novas dimensões, se encaixa como uma categoria analítica que nasce na América Latina e envolve as relações assimétricas de poder entre os centros e as periferias no sistema global.

A adoção dessa prática, por governos progressistas e de esquerda, instalou a ilusão desenvolvimentista, permitindo questionamentos ao modelo monoprodutor, que destrói a biodiversidade, leva à grilagem de terras e a destruição de territórios (SVAMPA, 2019, p. 17). Assim mesmo, reforça a dependência<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> O conceito de acumulação por espoliação envolve o processo de acumulação primitiva do capital, de Marx, sendo a expropriação e desapropriação da terra do campesinato e seu envolvimento no mercado de trabalho como proletários – “la actualización de dicha interpretación (...) destaca la importancia de la dinámica de desposesión en la etapa actual, que avanza sobre bienes, personas y territorios” (SVAMPA, 2019, p. 19).

<sup>4</sup> Ruy Mauro Marini (2005, p. 141) define essa dependência como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Nessa linha proposta por Svampa, mas fugindo do materialismo histórico, Ailton Krenak (2019), menciona que a dinâmica capitalista, despersonaliza os territórios e dá espaço para atividades extrativas.

## **Metodologia**

O trabalho foi realizado por meio do estudo de bibliografias (fontes secundárias) relacionadas à ascensão chinesa, as relações China-América Latina e Bolívia-China, assim como notícias relacionadas à Amazônia boliviana e o interesse chinês nessa área de preservação ambiental. Também foram usados alguns dados quantitativos de fontes secundárias e da UN Comtrade.

## **Estrutura do trabalho**

O Capítulo 1 se divide em dois subcapítulos, no primeiro se aborda sobre a ascensão chinesa, descrevendo os antecedentes históricos desde a morte de Mao Tsé-Tung, analisando os principais elementos da evolução recente da China e os fatores econômicos, políticos e militares que levaram o país a se tornar uma potência emergente através do imperialismo. No segundo, discorre-se sucintamente sobre as relações do país asiático com América Latina, retratando sobre o imperialismo e a condição de dependência latino-americana, assim como as contribuições de Svampa (2019) do neoextrativismo.

O Capítulo 2, dividindo-se em dois subcapítulos, sendo que o primeiro descreve, de forma sintética, a política externa e as relações internacionais da Bolívia com América Latina; Bolívia com Ásia, mais especificamente com Irã e China; as relações conflituosas com os Estados Unidos e com o Chile. Além disso, aborda-se a participação da Bolívia diante instâncias internacionais, com ênfase na justiça ambiental e climática e no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas no âmbito internacional. O segundo subcapítulo retrata as relações econômicas entre Bolívia e China, envolvendo a presença de capital chinês na região por meio de investimentos e penetração do capital, com enfoque nas empresas chinesas que operam no território boliviano.

Por fim, o Capítulo 3, discorre sobre a política econômica e social na Bolívia durante o governo de Evo Morales (2006-2019), dividindo-se em dois subcapítulos, o primeiro retratando sobre a implementação de reformas internas que permitiram o crescimento da economia através do Bom Viver e o modelo extrativista. O segundo subcapítulo discute as práticas plurinacionais de Morales nos campos doméstico e internacional – em específico a nacionalização dos recursos energéticos – que levou à um aumento de capital andino-amazônico na Bolívia, acarretando em contradições internas com os interesses dos povos que o levaram ao poder.

## 1 A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO SÉCULO XXI

Este capítulo aborda a ascensão chinesa, descrevendo os antecedentes históricos desde a morte de Mao Tsé-Tung, e as relações do país asiático com América Latina. Analisam-se os principais elementos da evolução recente da China e os fatores econômicos, políticos e militares que levaram o país a se tornar uma potência emergente através do imperialismo. Deste modo o capítulo descreve e caracteriza de forma sucinta o país asiático e suas relações com a região latino-americana.

### 1.1 A ASCENSÃO CHINESA

Logo da morte de Mao Tsé-Tung (1893-1976) e o ascenso ao poder de Deng Xiaoping do Partido Comunista Chinês (PCCh), se produz na China uma reforma do sistema econômico, o chamado modelo econômico “Socialismo de Mercado”, que resultou na transição chinesa ao capitalismo e sua integração ao sistema produtivo global, expandindo seu mercado interno e externo, aumentando seu poder de barganha e transformam-se uma região de comércio global rica e a mais populosa (KISSINGER, 2012, p. 142).

Essas mudanças ocorreram por conta de várias reformas estatais internas, adotadas por Deng, para o crescimento econômico, entre elas as “Quatro Modernizações” que envolvem: a agricultura, a indústria, a defesa nacional e a ciência e tecnologia. Logo, as primeiras reformas, basearam-se na flexibilização do controle estatal sobre essas quatro áreas à medida que promoviam a reforma das empresas estatais, o investimento estrangeiro, a desvalorização da moeda chinesa, o acúmulo de capital e exportações baratas (ROMERO WIMER E FERNANDEZ HELLMUND, 2020, p. 5).

Romero Wimer e Fernandez Hellmund (2020) pontuam que em Março de 1979, “Deng formuló los “Cuatro Principios Cardinales” 1) la vía socialista, 2) la dictadura del proletariado, 3) el liderazgo del Partido, y 4) el marxismo-leninismo unido al pensamiento de Mao. Los activistas que propusieron la instauración de la democracia como una “quinta modernización” fueron encarcelados y las publicaciones cerradas”. Além disso, proclama-se a Quarta Constituição, em 1982, eliminando o direito à greve e às comunas populares, logo, manteve o conceito de ditadura do proletariado como fase transitória, mas elimina a luta de classes como modo de dinâmica social (ROMERO WIMER E FERNANDEZ HELLMUND, 2020, p. 6).

Assim mesmo no final do século XX, foram criadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), permitindo reconhecer o novo modelo econômico como híbrido, pois as ZEEs localizavam-se em uma porção litorânea, onde o capitalismo atuava livremente e, em contrapartida, no interior do

país, prevalecia o comunismo. As Plataformas de Exportação, que agiam nas ZEEs, permitiam a instalação de fábricas estrangeiras nessa zona capitalista do território. Essa abertura econômica contrastou com a ausência de reformas políticas, ou seja, empresas internacionais se fixavam e produziam com mão de obra barata, baixos impostos e flexibilização de direitos trabalhistas e leis ambientais. Logo, esses motivos tornavam as ZEEs atrativas e lucrativas (KISSINGER, 2012, p. 543).

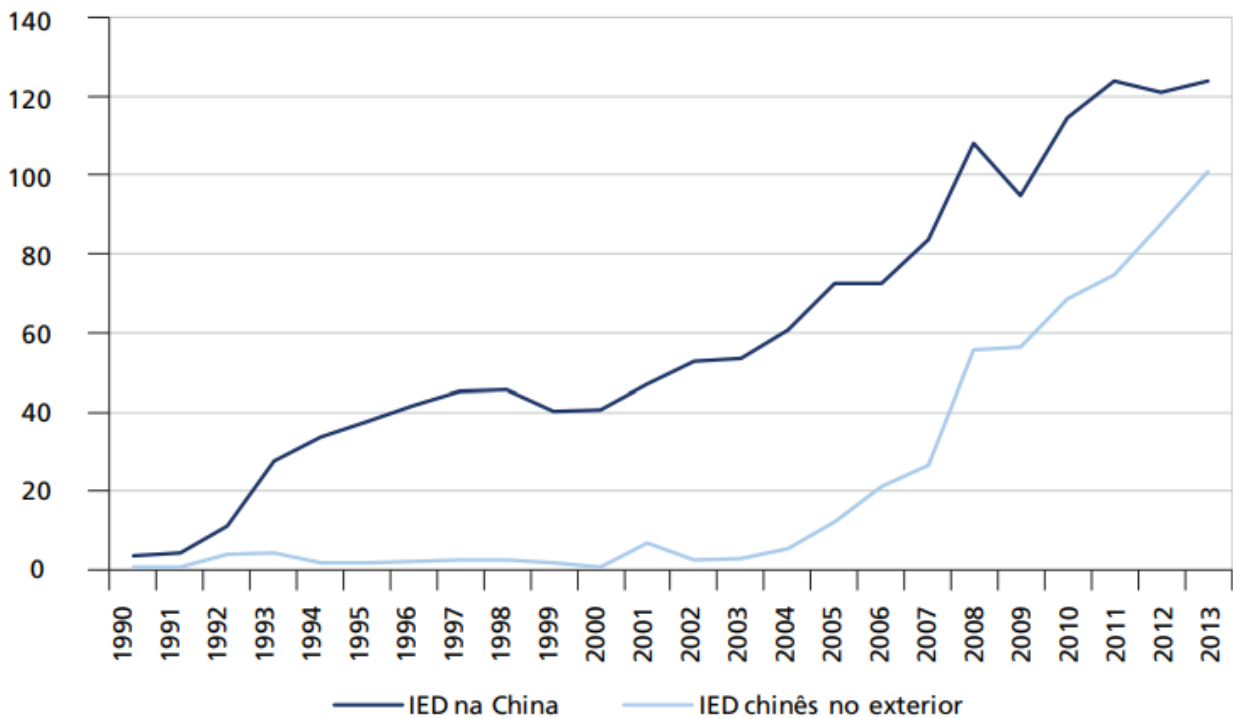
Sendo assim, desde a década de 90, a RPC tornou-se mais assertiva e pragmática, expandindo sua política externa<sup>5</sup>, através da expansão das estatais chinesas, e fortalecendo suas ações multilaterais. A integração da China ao mercado mundial permitiu o aumento de relações capitalistas de produção, passando a competir com outras potências um “maior espaço” na distribuição econômica e de território no globo (AZCUY AMEGHINO E ROMERO, 2011, p. 17).

La apertura de China a las inversiones extranjeras, quizás, son el aspecto más significativo en interacción dialéctica entre dinámica interna y fuerzas externas. La estructura de poder interna se reconfiguró significativamente abandonando los pactos institucionales hasta entonces aceptados y permitiendo la atracción de capitales al país asiático (ROMERO WIMER E FERNANDEZ HELLMUND, 2020, p. 12).

Com o aumento de capitais estrangeiros no país, as empresas chinesas passaram a crescer e inserirem-se no sistema internacional. As empresas estatais chinesas passam a estar presentes em diversos cantos do mundo, e não mais somente em exportações de bens. O gráfico a seguir demonstra um comparativo entre Investimentos Externos Diretos (IED) na China e IED chineses no exterior desde a década dos 90 até 2013:

---

<sup>5</sup> "No final dos anos oitenta e início da década de noventa, a China tem articulado duas importantes atuações externas: i) reforçar uma política de boa vizinhança com os países asiáticos, a diplomacia *zhoubian*, que ganhou impulso com o restabelecimento das relações diplomáticas com várias nações, dentre elas, Indonésia, Singapura, Coréia do Sul, Vietnã, Tailândia e Malásia; ii) resolver desentendimentos e conflitos com os países desenvolvidos e ocidentais" (SHYAN SHU, 2005, p. 36).

**Gráfico 1** – Fluxos em IEDs na China e no exterior (em US\$ bilhões).

Fonte: Alexandre Barbosa, 2020, p. 148. Elaborado por: Alexandre Barbosa, 2020.

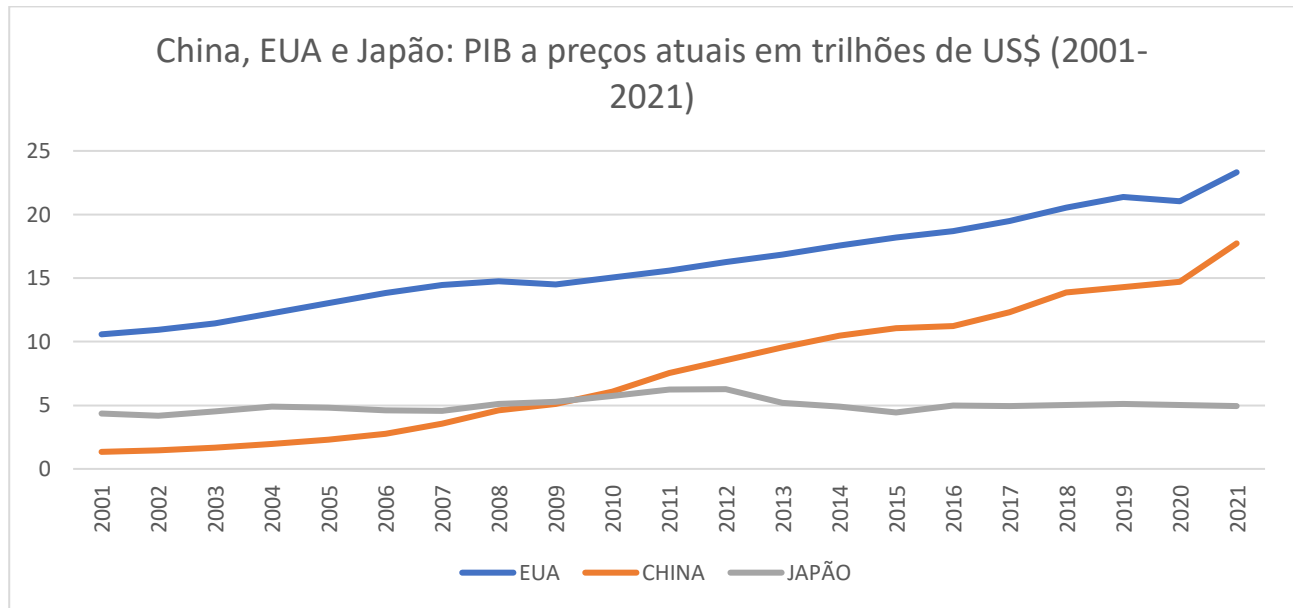
Observa-se o IED chinês no exterior e como, no século XXI, os investimentos chineses no exterior pulam e crescem exponencialmente. Dessa maneira, é possível afirmar que a relação chinesa com os países dependentes não se baseia somente pela ambição por commodities, mas também pelo interesse em dispersar o capital chinês.

Igualmente, o número de empresas chinesas agindo no exterior tem aumentado – geralmente adquirindo minas, reservas de petróleo, entre outros (ROMERO WIMER, E FERNANDEZ HELLMUND, 2020, p. 12). Logo, a China passou de ser uma potência emergente para estar em condições de disputar a liderança mundial com os Estados Unidos, acarretando em relações de acordos e confrontos econômicos e diplomáticos com o país estadunidense. Dessa forma, observa-se a necessidade da China de criar laços diplomáticos e econômicos para manter-se na disputa pela liderança mundial, tema que será aprofundado mais adiante, sobre as relações China-América Latina.

Em termos de o Produto Interno Bruto (PIB), o Banco Mundial diz que, entre 1977 e 2017, o PIB chinês teve um crescimento anual de 9,5% (Banco Mundial, 2023). Em 2010, a China superou o Japão e se colocou em segundo lugar como país com maior PIB. Entre 2001 e 2010, o crescimento da China foi 10 vezes mais rápido que o dos Estados Unidos. Entre 2011 e 2021, o crescimento do PIB per capita da China foi aproximadamente 32% maior que dos Estados Unidos.

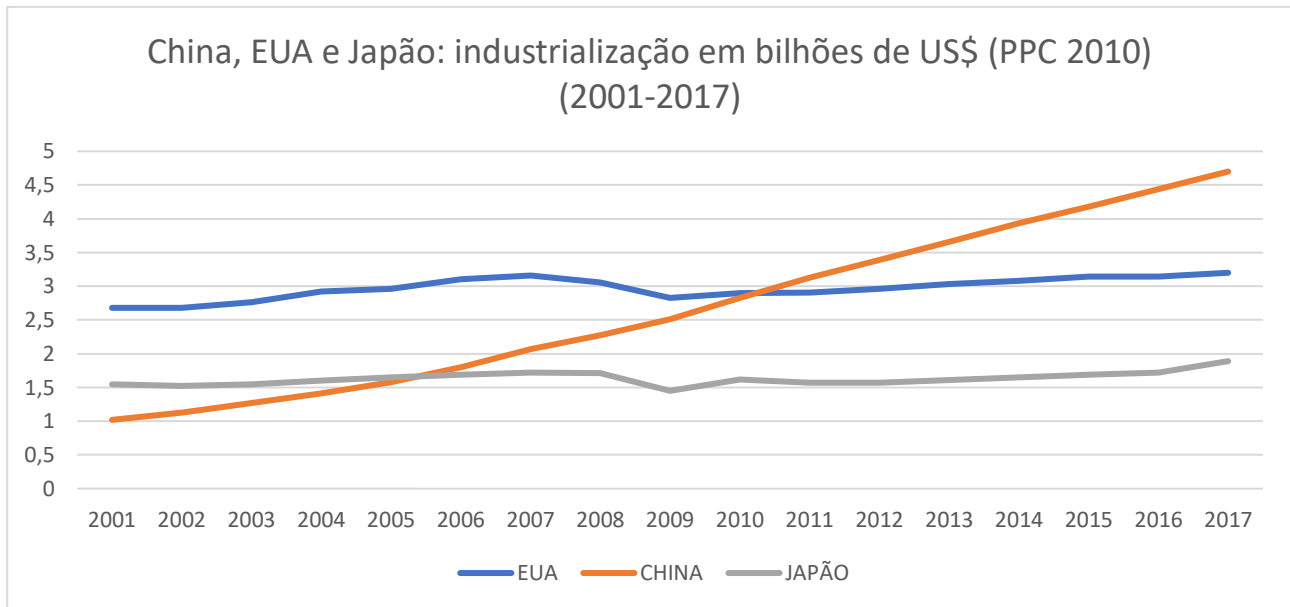
Observa-se, no gráfico a seguir, a comparação do PIB entre China, Estados Unidos e Japão entre 2001 a 2021:

**Gráfico 2** – PIB da China, EUA e Japão (2001-2021).



Fonte: Banco Mundial, 2023. Elaboração Própria.

Em 2011, a China liderou o primeiro lugar de industrialização, ultrapassando os Estados Unidos, ao mesmo tempo, aumentando a demanda por matérias primas. Observa-se, no gráfico a seguir, um comparativo entre China, EUA e Japão sobre a industrialização entre 2001 a 2017:

**Gráfico 3** – Industrialização da China, EUA e Japão (2001-2017).

Fonte: ROMERO WIMER; FERNANDEZ HELLMUND, 2020, p. 10. Elaboração própria.

Além da abertura econômica e da crescente industrialização chinesa, o poder militar também foi um elemento importante para a ascensão do país. A reforma de 1978 visava a modernização da defesa nacional. Porém, as forças armadas não tiveram tantos avanços, pois geralmente eram reorientados a produção civil – laboratórios de investigação, universidades e empresas de tecnologia. Além disso, “los militares vieron reducida su participación en el CC PCCh, pasando de representar el 50% de los miembros en 1969 al 13% en 1985”, acompanhando o discurso do imperador de que a China ascenderia pacificamente. (ROMERO WIMER E FERNANDEZ HELLMUND, 2020, p. 16).

Entretanto, no contexto da década de 90 o país asiático investiu na modernização do poder militar ao mesmo tempo que sua economia crescia. Com isso, os EUA passaram a investir na modernização das forças armadas do Japão para defender seus interesses contra a China. A última torna-se uma superpotência no poderio militar e tecnológico, ocasionando uma tensão maior com os EUA que se preocupa com o crescimento do poder militar chinês (ROMERO WIMER E FERNANDEZ HELLMUND, 2020, p. 16).

El ascenso del poder militar chino presenta hasta el momento la particularidad de que la posición asimétrica del gigante oriental con los países dependientes no se ha traducido en una política de intervención y ocupación militar directa de otros países, como la realizada por otras potencias en el pasado y en la actualidad (ROMERO WIMER E FERNANDEZ HELLMUND, 2020, p. 18).

Segundo o pesquisador Pautasso (2011, p. 50), o país asiático busca coordenar suas relações com os países em desenvolvimento por meio do comércio e de investimentos, em troca de acesso a matérias-primas que sustentem seu crescimento, assim como recursos energéticos dos quais dependem para atender seu mercado, justificando, assim, os empréstimos chineses à América Latina e África, além de garantirem suas exportações de produtos manufaturados e com tecnologia.

Contudo, além de analisar os elementos da ascensão chinesa pelo viés econômico, de política externa e do poder militar é necessário para compreender as relações que superpotência chinesa e tem com os países subdesenvolvidos, em específico, com a Bolívia, tema que abordaremos nos próximos capítulos. Porém, antes de tratar esse assunto, descreveremos brevemente as relações da China com América Latina.

## 1.2 AS RELAÇÕES DA CHINA COM AMÉRICA LATINA

Neste subcapítulo abordam-se as relações econômicas da China com a América Latina, que cresceram significativamente nas últimas décadas, com o comércio e o investimento entre as duas regiões atingindo novos patamares. A relação foi impulsionada pela necessidade da China por recursos naturais, a necessidade de exportar capitais e vender seus produtos, estabelecendo relações desiguais e assimétricas entre a China e os países dependentes como os que conformam América Latina e a Bolívia especificamente. As relações econômicas assimétricas entre os países de terceiro mundo e as potências podem ser analisadas historicamente, pela demanda mundial por matérias-primas, que direcionou, através da Divisão Internacional do Trabalho, as regiões como, geralmente, fornecedoras de commodities. Esses traços de dependência tornam-se uma condição estrutural na economia latino-americana. Nesse sentido, o caráter da América Latina apresenta subordinação com o grande país asiático.

Un puñado de potencias capitalistas logró subordinar – bajo la forma de colonias, semicolonias y países dependientes – al resto de los países, situación que luego de los procesos de descolonización, mutaría hacia la generalización de la dependencia como forma esencial de la subordinación nacional al imperialismo (AZCUY E ROMERO, 2011, p. 15).

À medida que a economia da China cresceu, o país tornou-se cada vez mais dependente das importações de commodities. Sendo assim, a América Latina tornou-se um importante fornecedor desses recursos, exportando grandes quantidades de minerais, produtos energéticos e agropecuários para a China. Essa demanda por recursos tem impulsionado o



investimento nas indústrias extrativas da América Latina, à medida que as empresas chinesas buscam garantir o acesso às principais commodities.

Além disso, a China também busca aumentar suas exportações para a América Latina. Sendo assim, a China tornou-se um importante fornecedor de bens de consumo, eletrônicos e máquinas para a região, oferecendo alternativas de baixo custo para produtos de países desenvolvidos, como Estados Unidos e Europa, levando a um aumento significativo no comércio bilateral entre a China e a América Latina.

O envolvimento econômico da China com a América Latina também foi impulsionado por seus objetivos estratégicos mais amplos. A China procurou expandir sua influência global e garantir o acesso a mercados e recursos importantes, e a região latino-americana tornou-se uma parte cada vez mais importante da estratégia chinesa, investindo em projetos de infraestrutura, como portos, rodovias e ferrovias, e buscou aprofundar os laços econômicos por meio de iniciativas como a Nova Rota da Seda<sup>6</sup>. Essas iniciativas deram à China maior influência na região e levantou preocupações entre alguns países latino-americanos sobre o potencial de influência chinesa.

Torna-se relevante destacar que, “a América Latina constitui apenas parte do foco da estratégia chinesa em relação ao suprimento de energia, muito menor em comparação com outras regiões como a África ou o Oriente Médio”. Além disso, a América Latina necessita mais do mercado chinês para seu desenvolvimento do que o contrário, enquanto que “para a China, o engajamento com os países da região é um aspecto que contribui para o seu desenvolvimento doméstico, mas não é essencial para garanti-lo, sendo essa uma das razões de a região não ser uma prioridade absoluta” (PINI, 2015, p. 26).

A partir do século XXI, as economias latino-americanas foram favorecidas pelos altos preços internacionais das commodities, havendo um crescimento econômico, ao mesmo tempo questionava-se o consenso neoliberal e as formas mais tradicionais e representação política, assim como ocorriam movimentos sociais nos países, ocasionando uma emergência por governos progressistas e de esquerda (SVAMPA, 2019, p. 11). Entretanto, esses governos foram essenciais para o aprofundamento destas relações econômicas e políticas com a China, além da exploração de recursos naturais nos territórios, pois intensificaram a atividade extrativa e exploradora no território.

Maristela Svampa (2019) considera que na América Latina está sendo desenvolvido um modelo neoextrativista porque

---

<sup>6</sup> “El ambicioso proyecto de la Iniciativa de la “Nueva Franja y Ruta de la Seda” (One Belt and one Road Initiative (OBOR)), que incluye inversiones en infraestructuras en los cinco continentes” (ROMERO WIMER E FERNANDEZ HELLMUND, 2020, p. 20).

no sólo objetivas – por la cantidad y la escala de los proyectos, los diferentes tipos de actividad, los actores nacionales y transnacionales involucrados –, sino también de otras subjetivas, a partir de la emergencia de grandes resistencias sociales, que cuestionaron el avance vertiginoso de la frontera de los commodities y fueron elaborando otros lenguajes y narrativas frente al despojo, en defensa de otros valores – la tierra, el territorio, los bienes comunes, la naturaleza (SVAMPA, 2019, p. 12).

Sendo assim, o nooextrativismo destaca “la apropiación y uso autodestructivo por parte del capital de la fuerza de trabajo, la infraestructura, el espacio urbano, la naturaleza o el ambiente” (SVAMPA, 2019, p. 18).

No contexto geopolítico, considerando a disputa atual com os EUA, “que señala al gran país asiático como nueva potencia, el neoextractivismo nos permite leer el proceso de reconfiguración global, que desde las periferias se va traduciendo por la expansión de las fronteras de los commodities y una reprimarización vertiginosa de las economías” (SVAMPA, 2019, p. 20).

Portanto, surge a ilusão desenvolvimentista, "expresada en la idea de que, gracias a las oportunidades económicas (el alza de los precios de las materias primas y la creciente demanda, proveniente sobre todo desde China), sería posible acortar rápidamente la distancia con los países industrializados, a fin de alcanzar aquel desarrollo siempre prometido y nunca realizado de nuestras sociedades" (SVAMPA, 2019, p. 29).

Svampa (2019) retrata que o neoextrativismo envolve mais que atividades extrativas<sup>7</sup>, sendo um modelo sociopolítico-territorial que expande áreas de cultivo. Além disso, permite o investimento por parte de grandes corporações em megaprojetos. Logo, observa-se a disputa por terras entre populações pobres e vulneráveis e grandes atores econômicos que visam aumentar a produção e expandir o comércio.

O incremento de megaprojetos se manifesta não somente nos Planos Nacionais de Desenvolvimento dos países, mas também na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), chamada de Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), que envolve projetos de transporte, energia e comunicações, desde 2000 por vários governos latino-americanos. O objetivo principal do projeto é facilitar a extração e exportação dos produtos latino-americanos (SVAMPA, 2019, p. 34).

Entretanto, os atores internacionais e investidores de grande peso no sistema

---

<sup>7</sup> “(...) pues incluye desde la megaminería a cielo abierto, la expansión de la frontera petrolera y energética, la construcción de grandes represas hidroeléctricas y otras obras de infraestructura – hidrovías, puertos, corredores bioceánicos, entre otros –, hasta la expansión de diferentes formas de monocultivos o monoproducción, a través de la generalización del modelo de agronegocios, la sobreexplotación pesquera o los monocultivos forestales” (SVAMPA, 2019, p. 22).

internacional se expandem na América Latina, dessa forma, a realização dos megaprojetos acaba respondendo aos interesses dos atores financiadores (privados ou estatais) que direcionam medidas para a realização de obras estratégicas a estes atores. Com isso, analisa-se que o objetivo inicial da IIRSA/Cosiplan de integração regional é direcionado aos interesses dos atores externos. Bárbara Neves (2021), escreve que “a China como ator de grande interesse na América Latina já estava presente nas iniciativas da IIRSA/COSIPLAN através do financiamento de 5 projetos da carteira de obras existente, todas na Argentina”.

Assim, a participação chinesa no financiamento e construção de obras de infraestrutura se expande para além da IIRSA, para acordos de investimentos com governos nacionais latino-americanos e na inclusão dos países latinos à Nova Rota da Seda:

O presidente chinês Xi Jinping afirmou ao presidente da Argentina, Mauricio Macri, no Belt and Road Forum, em Pequim, que a região latino-americana era uma ‘extensão natural’ da Rota Marítima da Seda e um ‘participante indispensável’, tornando, assim, a possibilidade de sua inclusão mais evidente (RODRIGUES, 2020, p. 98).

Em janeiro de 2018, no Fórum Ministerial China-CELAC, no Chile, os países membros da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) assinam uma declaração de participação no projeto da Nova Rota da Seda (NEVES, 2021).

Entretanto, os investimentos chineses para a América Latina se estabelecem principalmente nas atividades extrativistas, em alguns casos são orientados para o setor terciário para apoiar o primeiro. Em contrapartida, ameaça pequenas e médias empresas, pela contaminação ambiental e pela possibilidade de exportação direta para a China (SVAMPA, 2019, p. 93).

Por um lado, a demanda da China por recursos tem sido um importante impulsionador do crescimento econômico na América Latina e as exportações chinesas proporcionaram aos consumidores acesso a uma gama mais ampla de produtos acessíveis. No entanto, também há preocupações sobre as possíveis desvantagens dessas relações econômicas, como o impacto ambiental das indústrias extrativas e o potencial das empresas chinesas de explorar recursos sem fornecer benefícios adequados às comunidades locais e com a violação do dever estatal de consultar os povos indígenas e de adotar medidas para proteger seus direitos antes de conceder concessões ou autorizar a execução de projetos extrativistas em seus territórios através do Direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI).

Svampa (2019) cita que "no hay gobierno latinoamericano que no haya buscado minimizar la CPLI para acotarla a sus versiones débiles mediante diferentes legislaciones y

reglamentaciones, que tienen por objeto establecer su carácter de consulta no vinculante, así como facilitar la tutela o manipulación en contextos de fuerte asimetría de poderes" (SVAMPA, 2019, p. 62).

Além disso, também há preocupações sobre o potencial do investimento chinês para minar as indústrias locais e contribuir para o esvaziamento da manufatura e de outros setores, assim como reproduzir a dependência e as relações de poder/subordinação típicas da fase imperialista do capitalismo.

Contudo, a expansão do capital financeiro chinês para a América Latina “nos leva a dar mais importância à exportação de capital como mecanismo de penetração econômica, de estabelecimento de laços de dependência sobre os países que requerem tais recursos e da eliminação da concorrência” (NOLASCO, 2022, p. 30).

## 2 AS RELAÇÕES DE BOLÍVIA COM A CHINA DURANTE O GOVERNO DE EVO MORALES

Este capítulo descreve, de forma sintética, a política externa e as relações internacionais da Bolívia e aborda as relações econômicas entre Bolívia e China, envolvendo a presença de capital chinês na região por meio de investimentos e penetração do capital, com enfoque nas empresas chinesas que operam no território boliviano.

### 2.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA ERA MORALES

Este subcapítulo aborda a análise da política externa boliviana, no período de governo de Evo Morales. Descreveremos, de forma breve, as relações do país com alguns países americanos e asiáticos. Dessa maneira, analisando as relações bilaterais, observa-se um processo de reconfiguração em três vertentes: “a) el fortalecimiento de ciertos vínculos regionales, aunque con características particulares – Venezuela, Argentina y Brasil; b) el ascenso de “nuevos socios” en la agenda de política exterior – China e Irán – y c) aquellas que denotan signos de conflictividad política, a saber, los casos de Estados Unidos y Chile” (CEPPI, 2014, p. 133).

#### 2.1.1 As Relações Bolívia-América Latina

Um dos pilares da política externa boliviana foi a integração regional e da cooperação na América Latina. O apoio moral e material venezuelano à candidatura de Morales em 2005 foi essencial para a aproximação destes dois Estados, dessa forma, o ex-presidente boliviano toma como referência o caráter globalista, contra hegemônico e anti-imperialista venezuelano da época. Morales era um defensor da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), fundada em 2004, por Venezuela e Cuba, um bloco regional de governos de esquerda na América Latina e no Caribe. Por meio da ALBA, com a adesão boliviana em abril de 2006, o país buscou promover a solidariedade e a cooperação entre os países da região – através de financiamentos em diversas missões sociais<sup>8</sup>

Entretanto, Natalia Ceppi (2014, p. 135) discorre que embora Bolívia e Venezuela tenham interesses compartilhados e cooperam através de missões sociais, no aspecto econômico-comercial, a evolução foi precária e não foi possível reverter a falta de dinamismo da balança

---

<sup>8</sup> “Entre estas, se encuentran: i) Batallón 51: atención médica gratuita; ii) Misión Moto Méndez: atención médica gratuita y ayuda técnica a personas con discapacidad; iii) Gran Mariscal José de Sucre: obras de infraestructura a comunidades desposeídas; iv) Programa Yo, Sí Puedo: alfabetización; v) Operaciones cardiológicas a niños; vi) Becas Internacionales Gran Mariscal de Ayacucho: programa de becas para jóvenes de escasos recursos para la formación universitaria (Información Embajada de Venezuela en Bolivia, 2013)” (CEPPI, 2014, p. 134).

comercial bilateral. Portanto, afirma-se que este relacionamento se baseia em questões político-ideológicas.

A Bolívia possui grandes reservas de gás natural e água doce, e o governo de Morales buscou utilizar esses recursos como ferramentas de influência diplomática. Morales promoveu a construção de gasodutos e ações para tornar a Bolívia um importante fornecedor de gás para países vizinhos.

No caso das relações com Argentina e Brasil, mesmo que, neste período, os países estivessem em sintonia política, após a medida de nacionalização dos hidrocarbonetos por Evo Morales, os dois primeiros Estados tiveram que renegociar novos contratos de fornecimento de energia. Sendo assim, analisa-se que, ao contrário da relação com a Venezuela, as questões econômicas-comerciais são significativas no caso das relações da Bolívia com a Argentina e o Brasil.

O fortalecimento da integração regional da Bolívia, tanto na América Latina como no contexto sul-americano e a busca por autonomia se dá na participação ativa de organizações regionais. Em 2008, cria-se a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), como uma organização regional destinada a promover a integração econômica e política entre os países sul-americanos em diversos campos, como defesa, energia e infraestrutura. Morales desempenhou um papel fundamental em seu estabelecimento, e a Bolívia sediou o Parlamento da organização na cidade de San Benito<sup>9</sup>.

## 2.1.2 As Relações Bolívia-Ásia

### 2.1.2.1 O caso das relações com o Irã

Outro vínculo impulsionado foi a relação da Bolívia com o Irã, que representa uma “anomalia”, pois carece de antecedentes históricos, culturais ou políticos e tampouco tem relevância econômico-comercial<sup>10</sup>. Portanto, observa-se que as relações bilaterais foram influenciadas pelo vínculo de Irã e Venezuela, devido a retórica de afastamento aos Estados Unidos e as possibilidades de negócios na área petrolífera. Além disso, a Bolívia e o Irã apoiam-se nas ações judiciais apresentadas a organizações internacionais (CEPPI, 2014, p. 139).

---

<sup>9</sup> Mais sobre a sede do Parlamento da UNASUL em San Benito em: <https://www.telesurtv.net/news/evo-morales-parlamento-unasur-bolivia-20180913-0007.html>.

<sup>10</sup> “Las exportaciones de Irán a Bolivia representan un 0,0021% del total que este país le vende al mundo, y en el caso de las exportaciones bolivianas hacia Irán, estas poseen un comportamiento similar, a saber, el 0,0022% de las ventas totales del Estado andino, según datos entregados por el Instituto Boliviano de Comercio Exterior” (CEPPI, 2014, p. 139).

### 2.1.2.2 O caso das relações com a China

Igualmente, foram aprofundadas as relações com a China. Assim, em 2011 ocorre a visita de Evo Morales à China e alguns meses depois a visita do Vice-Primeiro-Ministro da China, Hui Liangyu, à Bolívia. Evo Morales pontua o interesse no capital chinês atuando na Bolívia e destaca a abundância de recursos naturais que necessitam de investimentos para o desenvolvimento boliviano<sup>11</sup> (CARPIO, 2016, p. 6).

A China tornou-se um importante parceiro comercial da Bolívia durante o governo de Morales. As exportações bolivianas para a China aumentaram significativamente, impulsionadas principalmente pela venda de commodities. Por sua vez, a Bolívia importou da China uma ampla variedade de produtos manufaturados, eletrônicos, maquinários e equipamentos. Dessa forma, a relação da Bolívia com a China envolve o intercâmbio comercial com caráter de complementaridade<sup>12</sup>, entretanto a balança comercial é deficitária para a Bolívia (CEPPI, 2014, p. 138).

Sendo assim, a nacionalização dos recursos energéticos do país, que levou à expropriação de empresas estrangeiras, causou tensões com alguns países ocidentais. Dessa maneira, durante o governo de Evo Morales, o país desenvolveu estreitos laços diplomáticos e econômicos com a China. Como foi dito, Morales procurou diversificar as relações internacionais da Bolívia, afastando-se da dependência dos Estados Unidos e Europa Ocidental.

### 2.1.3 As relações conflituosas

#### 2.1.3.1 O caso das relações com os Estados Unidos

Os Estados Unidos apresentaram controvérsias em relação ao governo boliviano, intervindo em assuntos internos do Estado, comprometendo a relação dos dois países. A adoção de Morales de políticas anti-imperialistas e contra hegemônicas e a aproximação com a Venezuela e o Irã causavam uma desconfiança estadunidense em relação a Bolívia.

Em 2008, a United States Agency for International Development (USAID) foi responsável por movimentos sociais na região do Chapare, apoiando governos opositores ao Partido MAS com espionagem e assessoria<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Mais sobre a visita de Morales à China em: <https://eju.tv/2011/08/evo-quiere-que-china-sea-un-socio-de-por-vida-de-bolivia/>.

<sup>12</sup> “Existe una clara complementariedad, debido a que mientras el país andino le exporta grandes volúmenes de minerales – plata, estaño, zinc, antimonio, etc.; el gigante asiático le vende más de 4.000 productos manufacturados” (CEPPI, 2014, p. 138).

<sup>13</sup> Foi divulgado pela imprensa revelações de cidadãos estadunidenses sobre a tentativa da embaixada estadunidense na Bolívia de envolvê-los em ações de espionagem. A situação chegou à expulsão do diplomata estadunidense. Reportagem de Ochoa (2008), para o periódico Página12. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-106748->

Diante da crise da relação bilateral Bolívia-Estados Unidos, a partir de maio de 2009, realizaram-se uma série de reuniões para melhorarem a cooperação entre ambos, assim

Los gobiernos de Bolivia y Estados Unidos suscribieron el 7 de noviembre de 2011 un Convenio Marco de Mutuo Respeto y Colaboración. Entre sus metas principales, se encuentran la promoción del comercio conjunto y la responsabilidad compartida en la lucha contra el tráfico de drogas bajo el respeto de la igualdad soberana de los Estados y el respeto de la no injerencia en los asuntos internos. A pesar de los intentos por recomponer el vínculo, este ingresó nuevamente a una etapa de tensión ante la negativa de extradición de Gonzalo Sánchez de Lozada por parte del gobierno de Obama en septiembre de 2012; la expulsión de la USAID del territorio boliviano en mayo de 2013 (CEPPI, 2014, p. 141).

### 2.1.3.2 O caso das relações com o Chile

A relação conflituosa de Bolívia e Chile envolve dois momentos: no governo chileno de Michelle Bachelet (2006-2010); embora a disputa marítima<sup>14</sup> não tenha tido avanços, ambos países deram sinais da existência de vontade política de melhorar o relacionamento, pois

Luego de varios intentos de negociaciones que terminaron por fracasar y sin mantener relaciones diplomáticas desde 1978, el buen clima inicial entre los gobiernos de Evo Morales y Michelle Bachelet generó la esperanza – particularmente en la administración boliviana – de poder acercar a los dos países (CEPPI, 2014, p. 142).

Entretanto, no governo chileno de Sebastián Piñera (2010-2014), o momento caracteriza-se por distanciamento, pois em 2011 ocorre uma reunião para discutir a situação marítima, mas não tiveram avanços – Morales exige uma saída livre e soberana para o Pacífico, levando o caso para a Corte Internacional de Justiça (CEPPI, 2014, p. 144).

### 2.1.4 A participação da Bolívia diante instâncias internacionais

A ênfase na justiça ambiental e climática foi um elemento importante no governo de Morales. A Bolívia abriga a Cordilheira dos Andes e a Floresta Amazônica, sendo vulnerável aos

---

2008-06-27.html.

<sup>14</sup> Como a Bolívia não tem saída para o mar, em 1904 firma um acordo de paz com o Chile que determina a negociação entre os dois países de uma saída boliviana soberana para o mar por meio de acordos, práticas diplomáticas e declarações. Entretanto, a Bolívia acusa o Chile de violar essa obrigação de negociação. A resposta do Chile é de que as negociações feitas ao longo da história não significam nenhum comprometimento chileno em entregar uma parte do território aos vizinhos bolivianos. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43480669>.



impactos das mudanças climáticas. Morales argumentou que os países desenvolvidos que mais contribuíram para as emissões de gases de efeito estufa têm a responsabilidade de tomar medidas para enfrentar a mudança climática e apoiar países mais afetados. Dessa maneira, a Bolívia desempenhou um papel de liderança nas negociações do Acordo de Paris sobre mudança climática<sup>15</sup>.

Em 2009, a Bolívia liderou a campanha para que os direitos da natureza fossem reconhecidos no direito internacional, argumentando que a própria terra tinha o direito de existir, regenerar e manter seus ciclos vitais. A campanha acabou fracassando, mas chamou a atenção para a posição da Bolívia como uma voz do Sul global defensora dos direitos da Terra na política internacional.

Em 2010, o país desempenhou um papel de liderança nas negociações da Convenção sobre as mudanças climáticas das Nações Unidas (UNFCCC). Assim como sediou a Conferência Mundial dos Povos sobre mudanças climáticas e os direitos da natureza.

O próprio Morales é descendente de indígenas e seu governo fez questão de reconhecer e promover os direitos dos povos indígenas no cenário global. Morales participou de fóruns internacionais e pediu maior reconhecimento e proteção dos povos indígenas em todo o mundo. Inaugura, em 2014, a 1ª Conferência de Povos Indígenas da ONU, em Nova York, tendo temas centrais: terra e território, soberania alimentar, meio ambiente e demanda marítima<sup>16</sup>.

A Cúpula de Países em Desenvolvimento e China (G77 + China), possuía 10 tarefas fundamentais: desenvolvimento sustentável ao desenvolvimento integral em equilíbrio com a Mãe Terra; refundar a democracia, da democracia representativa à democracia participativa e comunitária que democratiza a riqueza; serviços básicos como direito humano universal; descolonizar a economia, a cultura, o conhecimento e o mundo; erradicar a fome nos países do Sul consolidando nossa soberania com segurança alimentar e acesso a alimentos saudáveis e saudáveis para uma saúde digna dos povos; ciência e tecnologia a serviço dos povos e da humanidade para viver bem; diante da crise do capitalismo, uma nova arquitetura econômica financeira global; soberania sobre os recursos naturais; instituições internacionais para o povo; integração complementar, paz e relações internacionais. Em 2014, a Bolívia assume a presidência do grupo, permitindo a disseminação e socialização do paradigma de Bem Viver<sup>17</sup>.

Contudo, observa-se que a política de nacionalização dos recursos naturais foi uma das prioridades do governo de Evo Morales, buscando fortalecer o controle estatal sobre a exploração

---

<sup>15</sup> Mais sobre Evo Morales e o Acordo de Paris em: <https://vermelho.org.br/2017/12/13/bolivia-defende-atacar-causas-estruturais-da-mudanca-climatica/>.

<sup>16</sup> Mais sobre a Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas em: <https://vermelho.org.br/2014/09/22/evo-morales-abre-1-conferencia-de-povos-indigenas-da-onu/>.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/webmre/noticia/1684>.

e exportação de petróleo e gás, renegociando contratos com empresas estrangeiras para aumentar a participação do Estado boliviano na gestão desses recursos. Da mesma forma, priorizou a defesa dos povos indígenas tanto no âmbito interno como no externo e defendeu a política ambiental e defesa da Mãe Terra nos fóruns internacionais.

## 2.2 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BOLÍVIA-CHINA

A China e a Bolívia vêm fortalecendo suas relações econômicas nos últimos anos com o comércio e os investimentos entre os dois países aumentando significativamente. A China tornou-se um dos parceiros comerciais mais importantes da Bolívia, e os dois países assinaram vários acordos destinados a promover a cooperação econômica. Entretanto, como analisa Svampa (2019), essa relação é marcada por diversos impactos ambientais e sociais, causados por conta do tipo de investimentos e o aprofundamento do modelo neoextrativista – que ocasionam, além da destruição da natureza, uma série de impactos sociais estimulando a reação de movimentos sociais no país.

Retomando sobre o modelo econômico neoliberal, implantado em 1985, na Bolívia, por Victor Paz Entensoro (1907-2001), observa-se a privatização e dissolução de empresas estatais de mineração, acarretando em desemprego e pobreza, devido a milhares de funcionários públicos que foram demitidos de instituições sociais estatais que foram fechadas para reduzir os gastos do Estado. A insatisfação ao modelo neoliberal gerou movimentos de luta de classes no país pelas classes populares (PANNAIN, 2014, p. 67-72). Dessa forma, analisa-se que o protagonismo da luta social, no final do século XX e início do século XXI, era dos povos indígenas, como a Guerra da Água<sup>18</sup>, a Guerra da Coca<sup>19</sup> e a Guerra do Gás<sup>20</sup>.

Essas mobilizações antineoliberais levaram o presidente indígena Evo Morales ao poder, dando início a um novo modelo econômico, o "capitalismo andino-amazônico". Esse modelo viabilizaria a:

Construcción de un Estado fuerte, que regule la expansión de la economía industrial, extraiga sus excedentes y los transfiera al ámbito comunitario para potenciar formas de autoorganización y de desarrollo mercantil propiamente andino y amazónico (GARCIA LINERA, 2006).

---

<sup>18</sup> A Guerra da Água (1999-2000) foi uma mobilização popular contra a privatização dos sistemas de abastecimento de água em Cochabamba. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/a-luta-pelo-acesso-a-agua-em-cochabamba/>.

<sup>19</sup> A Guerra da Coca (2002) foi uma mobilização dos cocaleiros (defensores da folha da coca como simbolismo cultural) contra a erradicação forçada da folha de coca. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2210200008.htm>.

<sup>20</sup> A Guerra do Gás (2003) foi uma mobilização popular contra a exportação do gás natural boliviano para os EUA a partir de portos chilenos. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/bolivia-guerra-del-gas-20201017-0020.html>.

Como mencionado, a urgência de governos progressistas na América Latina, no período pós crise, envolve uma série de práticas tomadas por estes governos para melhorar a situação latino-americana – a prática extrativista foi vista como um "novo desenvolvimento". Por conta disso, os governos progressistas acabaram assumindo um discurso desenvolvimentista em defesa do extrativismo, acompanhado de uma prática criminalizada e tendente à repressão das lutas socioambientais, bem como de um desejo explícito de controle das formas de participação popular (SVAMPA, 2019, p. 29-32).

Sendo assim, trata-se de um contexto de assimetria de poder, pois ao mesmo tempo que ocorre a expansão da execução de megaprojetos financiados por grandes cooperações estrangeiras, em um viés de desenvolvimento, ocorre a expansão das resistências sociais que acaba afetando a democracia participativa e direta. Os megaprojetos eram apresentados nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, visando "la promesa del gran salto industrial, basado en la multiplicación de los proyectos de extracción de gas, litio, hierro y la expansión de agronegocios, entre otros" (SVAMPA, 2019, p. 34).

As empresas chinesas possuem uma presença significativa no território boliviano, com interesses em diversos setores, incluindo na mineração, energia, telecomunicações e infraestrutura. Essas empresas investem em obras de infraestrutura, como represas para geração de energia, rodovias, aeroportos, entre outros.

As empresas chinesas têm se envolvido na construção de megaprojetos na Bolívia, que viabilizam o comércio internacional. Um dos investimentos chineses mais notáveis na Bolívia é a mina de San Cristobal, uma das maiores minas de prata, chumbo e zinco do mundo, que pertence e é operada pela empresa Sinosteel. Em 2016, a empresa chinesa também esteve envolvida em um acordo com a mineradora estatal da Bolívia para desenvolver a mina de minério de ferro El Mutun, que é uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo<sup>21</sup>, e que foi criticado por possíveis impactos nas proximidades do rio Pilcomayo.

Outro caso, que também envolve diversas críticas a prejuízos ao meio ambiente, foi o contrato entre a estatal boliviana YPFB com a empresa chinesa BGP Bolivia, filial da estatal China National Petroleum (CNPC), para exploração de hidrocarbonetos, na região amazônica, que utilizaria dinamites para explosões subterrâneas, afetando as castanheiras – principal fonte de renda do povo indígena Tacana<sup>22</sup>.

A Bolívia aderiu à iniciativa da Nova Rota da Seda, um enorme projeto de

---

<sup>21</sup> Disponível em: [http://mecc.sinosteel.com/en/news\\_content.aspx?id=3335](http://mecc.sinosteel.com/en/news_content.aspx?id=3335).

<sup>22</sup> Mais sobre este caso em: <https://www.cedib.org/noticias/inversiones-chinas-en-bolivia-informe-denuncia-danos-ambientales-en-territorio-indigena-mongabay-latam12-12-18/>.

infraestrutura e investimento destinado a promover o desenvolvimento econômico e a conectividade em toda Eurásia e além. A América Latina tornou-se um importante parceiro nesse projeto de desenvolvimento de infraestrutura. A China financiou vários projetos na Bolívia, incluindo a construção de estradas, pontes e aeroportos. Um dos projetos de infraestrutura mais significativos foi a construção de uma estação de monitoramento por satélite na cidade boliviana de Amachuma, construída pela China Aerospace Science and Technology Corporation (CAST) em 2013. Assim, iniciando uma nova era para os serviços de telefonia móvel, televisão e internet na Bolívia, buscando a democratização ao acesso às telecomunicações e a modernização dos serviços de saúde nas áreas rurais<sup>23</sup>.

Em 2018, a Bolívia e a China atualizaram seu relacionamento para uma parceria estratégica. Isso incluiu acordos de cooperação econômica, desenvolvimento de infraestrutura, energia e mineração. A China tornou-se o maior credor do país boliviano e um grande investidor nos projetos de infraestrutura do país.

A cooperação técnica em áreas como agricultura, tecnologia, educação e saúde e foram realizados intercâmbios de conhecimentos e transferência de tecnologia, visando fortalecer a capacidade produtiva e o desenvolvimento humano no país.

Contudo, o governo boliviano vem trabalhando para o desenvolvimento de sua indústria de lítio há anos, com o objetivo de agregar valor a esse recurso e aumentar o crescimento econômico do país. Em 2018, o governo criou uma empresa estatal chamada Yacimientos de Lítio Bolivianos (YLB) para supervisionar o desenvolvimento da indústria de lítio e trabalhar com parcerias estrangeiras para estabelecer instalações de produção. Dessa forma, ressalta-se que a Bolívia é o país com a maior reserva de lítio do mundo – minério utilizado para a fabricação de baterias recarregáveis. Em maio de 2008, inicia-se a construção de laboratórios, dormitórios, refeitórios, salas de reunião, etc., no sul do Salar de Uyuni, região que contém reservas de lítio. Em 2012 inauguram uma planta semi-industrial de cloreto de potássio, começando a industrialização dos recursos evaporíticos do Salar e, em 2013, foi iniciado a produção do lítio com a inauguração da Planta Piloto de Carbonato de Lítio. Em 2014, a empresa chinesa China LinYiDake Co. Ltda, instala uma planta piloto de baterias de íon-lítio em La Placa (BOLÍVIA, 2021).

Em 2019, a China investiu mais de US\$ 1 bilhão na indústria de lítio da Bolívia. Espera-se que os investimentos chineses auxiliem a Bolívia a se tornar um ator importante no mercado global de lítio. Como exemplo, podemos mencionar o caso da estatal boliviana YLB e a companhia chinesa Xinjiang TBEA-Group Baocheng, que criaram uma associação em setembro de 2019 para a

---

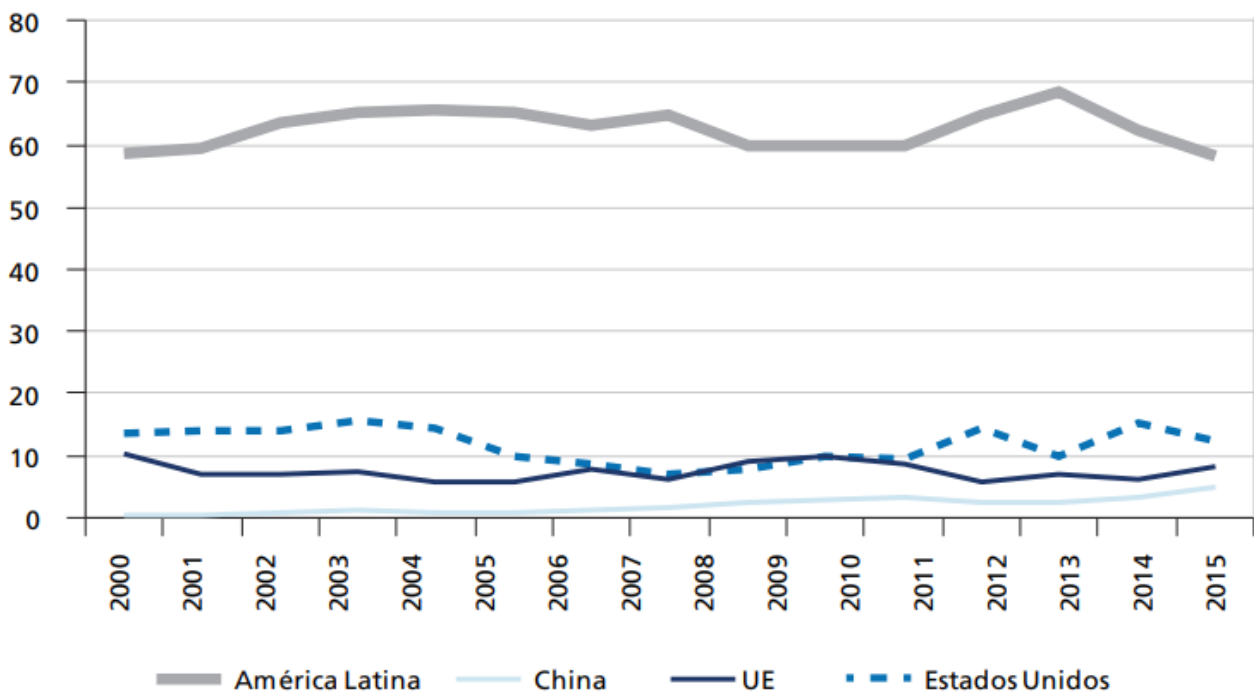
<sup>23</sup> Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/webmre/noticia/1681>.

extração de lítio no território boliviano – a China é um dos principais consumidores de lítio no mundo<sup>24</sup>.

A YLB e as empresas chinesas de Xijiang TBEA-Group Boacheng preveem instalações de fábricas de sulfato de potássio, hidróxido e carbonato de lítio, ácido bórico, brometo de sódio e lítio metálico. O investimento estimado da China seria de 2,3 bilhões de dólares para a industrialização do lítio. O negócio inclui a construção de uma fábrica de baterias de íons de lítio na China, com participação da YLB (CANCINO E APONTE-GARCÍA, 2021, p. 152-153).

Vale frisar que as exportações bolivianas se baseiam na maioria em bens primários como minérios, metais e combustíveis. Entretanto, observa-se que em 2015, a China estava atrás dos Estados Unidos e da União Europeia como destino das exportações bolivianas, sendo 5,2% do total. Já a América Latina responde por aproximadamente 60% das exportações bolivianas. Estes dados estão expressos no gráfico a seguir:

**Gráfico 4** – Destino das exportações bolivianas por região (em %).



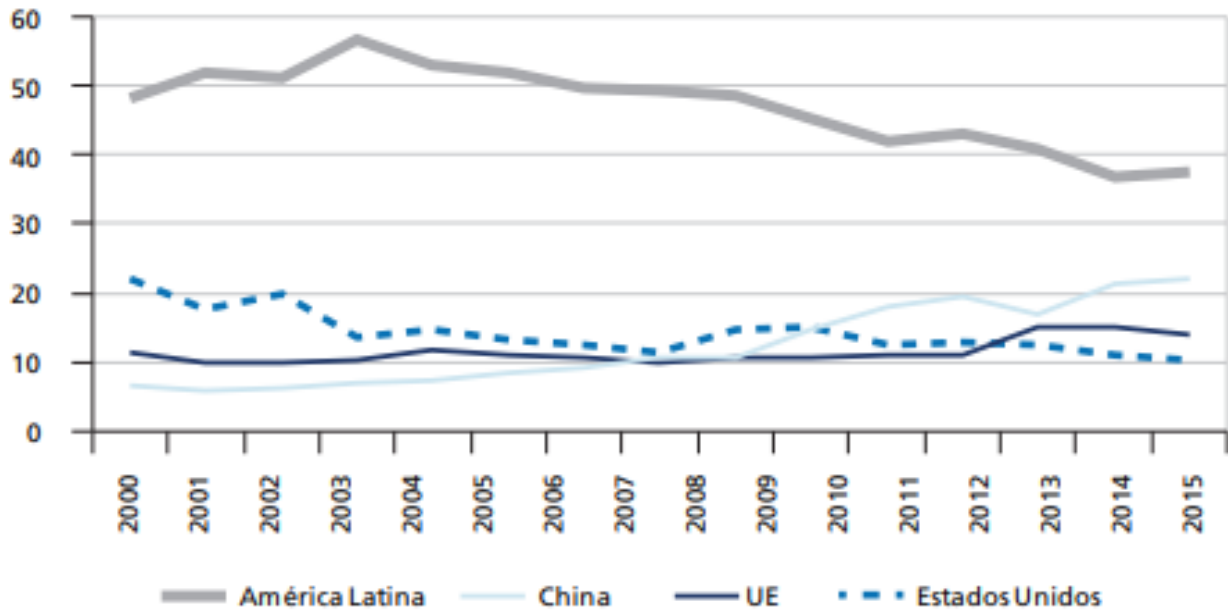
Fonte: Alexandre Barbosa, 2020, p. 168. Elaboração: Alexandre Barbosa, 2020.

Enquanto isso, as importações bolivianas de bens chineses, em 2015, são de aproximadamente 20%, estando na frente de bens estadunidenses e europeus. Já as importações

<sup>24</sup> Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/empresas-chinesas-exploracao-litio-boliviano/#.Y1729nbMI2w>.

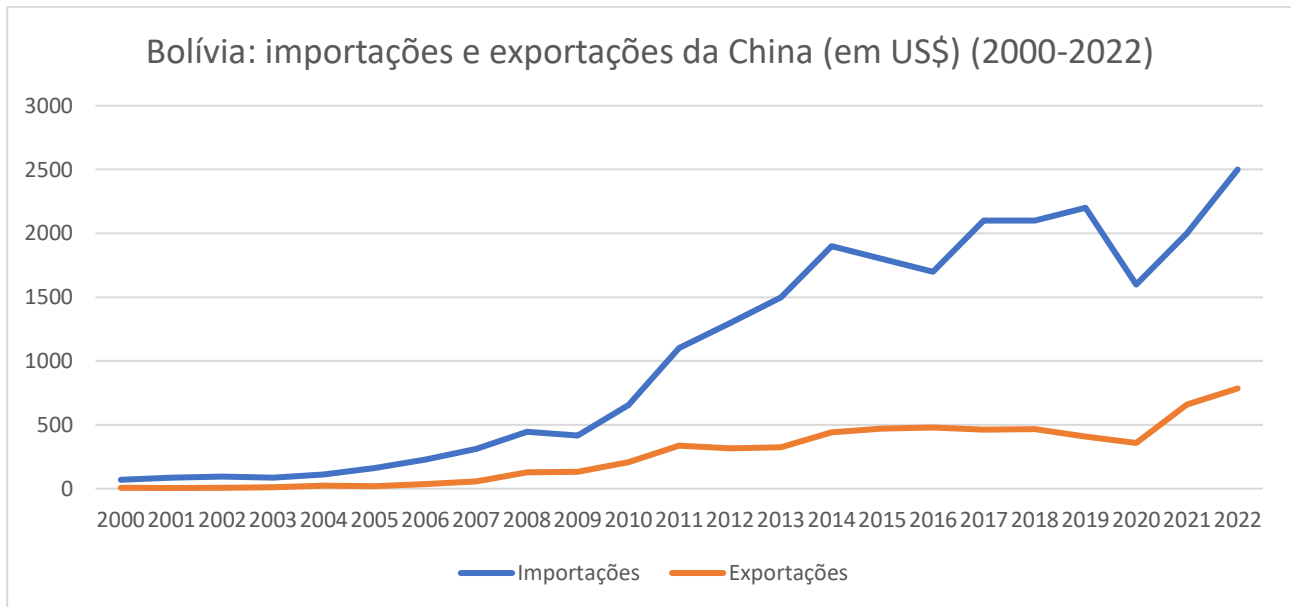
provenientes da América Latina são predominantes.

**Gráfico 5** – Origem das importações industriais bolivianas por região (em %).



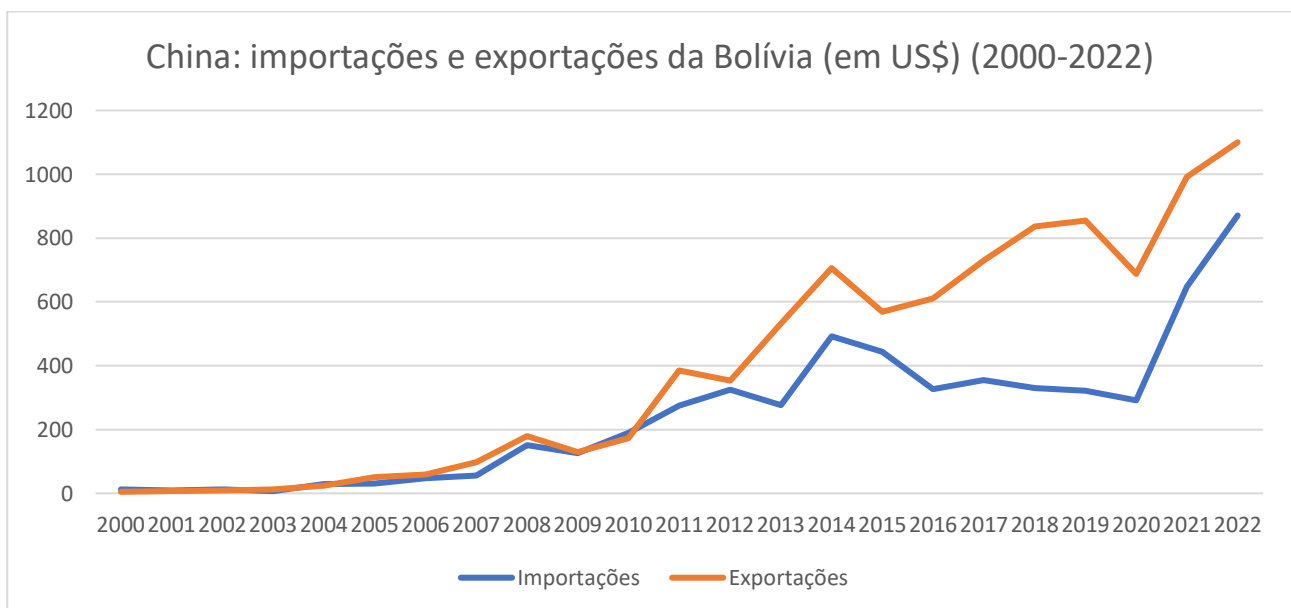
Fonte: Alexandre Barbosa, 2020, p. 169. Elaboração: Alexandre Barbosa, 2020.

Em termos de balança comercial, analisa-se que de 2000 a 2010, as importações chinesas na Bolívia cresceram em média 127% ao ano. De 2011 a 2022, as importações avançam para a casa dos bilhões de dólares, ocorrendo um crescimento de em média 114% ao ano. Já as exportações bolivianas a China, de 2000 a 2010, tiveram um crescimento de em média 151% ao ano, e no período de 2011 a 2022, um crescimento médio de 115% ao ano. Como observamos o gráfico a seguir:

**Gráfico 6** – Bolívia: importações e exportações da China (2000-2022).

Fonte: UN Comtrade data, 2023. Elaboração própria.

Já as importações bolivianas à China, apresentam um crescimento médio anual de 157% de 2000 a 2010, e de 120% de 2011 a 2022. As exportações cresceram, de 2000 a 2010, uma taxa anual de 150% e de 2011 a 2022 uma taxa anual de 121%, como observa-se no gráfico a seguir:

**Gráfico 7** – China: importações e exportações da Bolívia (2000-2022).

Fonte: UN Comtrade data, 2023. Elaboração própria.

O aumento significativo do comércio internacional, ao analisarmos a balança

comercial dos dois países, desde os anos 2000, reflete nas alianças e acordos econômicos, políticos e diplomáticos que ambos vêm desenvolvendo ao longo deste período. Dessa maneira, cabe ressaltar que, enquanto a China apresenta uma balança favorável, em 2022, de US\$ 196,6 milhões, a Bolívia apresenta um déficit em sua balança com a China, de US\$ 1,7 bilhões (UN Comtrade data, 2023).

De maneira geral, a presença de empresas chinesas na Bolívia reflete os crescentes laços econômicos e ressalta a importância da Bolívia como um país rico em recursos naturais com potencial significativo para o desenvolvimento econômico. Embora o investimento chinês na Bolívia tenha sido bem recebido por alguns, outros levantaram preocupações sobre o potencial das empresas chinesas de extrair recursos sem fornecer benefícios adequados ao povo boliviano. Também houveram preocupações sobre o potencial do investimento chinês para minar a soberania e a independência econômica da Bolívia.



### 3 A BOLÍVIA DURANTE O GOVERNO DE EVO MORALES (2006-2019)

Neste capítulo discorre-se sobre a política econômica e social na Bolívia durante o governo de Evo Morales (2006-2019), envolvendo os aspectos que levaram o presidente aimará, descendente de povos indígenas, ao poder e a implementação de reformas internas que permitiram o crescimento da economia. Entretanto, as práticas plurinacionais de Morales nos campos doméstico e internacional – em específico a nacionalização dos recursos energéticos – levou a um aumento de capital andino-amazônico na Bolívia, acarretando em contradições internas com os interesses dos povos que o levaram ao poder.

#### 3.1 A POLÍTICA SOCIAL E ECONÔMICA DA ERA EVO MORALES: ENTRE O BOM VIVER E O MODELO EXTRATIVISTA

Evo Morales é um político boliviano que serviu como presidente do país de 2006 a 2019. Durante seu mandato, implementou uma série de políticas destinadas a reduzir a pobreza, promover a inclusão social e aumentar o controle estatal sobre os recursos naturais da Bolívia. Com isso, inclui-se a nacionalização dos recursos energéticos, a implementação de programas de transferência de renda e a promoção da agricultura em pequena escala. De acordo com Marco Gandarillas (2014), o governo de Morales se debatia entre quatro dilemas centrais:

a) recuperar la soberanía del Estado ante la total privatización de los recursos naturales que promovieron los gobiernos neoliberales, en esta línea las demandas populares abanderaron la nacionalización de los hidrocarburos y demás recursos naturales; b) el impulso a la industrialización de los hidrocarburos como medio de ejercer independencia y revertir la primarización de la economía que nos condena a exportar materias primas baratas e importar bienes manufacturados; c) la constitución de un nuevo Estado Plurinacional que supere al Estado Colonial que marginó y subalternizó a los pueblos indígenas, y d) la defensa de la Madre Tierra frente a la Depredación de la naturaleza denunciada por los propios pueblos indígenas (GANDARILLAS, 2014, p. 103-104).

O governo de Morales buscava recuperar a soberania, expressada no controle direto do Estado mediante a empresa Estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), evitando a exploração irracional das reservas através da política de exportação de recursos naturais pelas transnacionais.

Sendo assim, o plano de recuperar a soberania boliviana consistia em reorientar a dinâmica dos setores extrativos, buscando superar a primarização histórica da economia marcada por

relações assimétricas de poder no sistema internacional, sendo a Bolívia provedora de matérias primas para adquirir bens manufaturados de maior valor. Morales, “en su primera gestión, planteaba el cambio del patrón primario exportador. En el sector minero, por ejemplo, planteaba promover dicha actividad ‘con agregación de valor y (que) contribuya a la industrialización’<sup>25</sup>” (GANDARILLAS, 2014, p. 114).

A nacionalização dos recursos naturais permitiu ao governo assumir o controle do patrimônio natural boliviano e utilizar a receita gerada para financiar programas sociais que foram essenciais para a redução da pobreza. Portanto, as reformas internas bolivianas objetivavam, como se observa na nova Constituição, aprovada em 2009, a busca por aprofundar a democracia e superar o “colonialismo interno”, promovendo a ampliação dos direitos políticos e sociais, abordando o caráter “plurinacional” do Estado boliviano (STEFANONI, 2010, p. 117).

Dessa maneira, também houve um esforço para promover a inclusão social, especialmente da população indígena da Bolívia. Entretanto, "en el período inicial del gobierno de Morales (2006 a 2009) los principales conflictos fueron con la derecha y el separatismo en los departamentos orientales. Desde entonces, particularmente desde el gasolinazo de 2010 (protestas exitosas contra la eliminación de los subsidios estatales al gas), algunos movimientos sociales se han enfrentado con el gobierno en torno a cuestiones y demandas específicas" (MUNCK, 2021, p. 146).

Os povos indígenas têm participado ativamente de movimentos políticos e sociais que visam promover maior inclusão econômica e justiça social destes povos na Bolívia. Morales foi um ator importante para o reconhecimento dos direitos dos povos de descendência indígena, aumentando a conscientização sobre as suas contribuições econômicas e sociais.

Como mencionado, o governo de Morales implementou políticas destinadas a aumentar o controle estatal sobre os recursos naturais da Bolívia, particularmente nos setores de mineração e hidrocarbonetos. Isso incluiu a nacionalização de várias empresas estrangeiras, com o programa de nacionalização do gás e do petróleo, de 2006, que permitiu a divisão da administração da exploração dos recursos naturais<sup>26</sup>.

O passo anterior à nacionalização foi a Lei de Hidrocarbonetos de 2005, que recolocou a propriedade estatal sobre os poços de petróleo – ante a propriedade privada e livre comercialização dos mesmos quando retirados do subsolo, introduzidos pelas reformas estruturais dos anos 1990 – e aumentou os impostos sobre as empresas

---

<sup>25</sup> Plano de Desenvolvimento Econômico 2006-2011 (2007, p. 119).

<sup>26</sup> Sobre a nacionalização dos recursos naturais bolivianos na reportagem de Azcui (2006), para o periódico El País: “Morales anuncia que todos los recursos naturales pasarán a manos del Estado”. Disponível em: [https://elpais.com/diario/2006/05/03/internacional/1146607202\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2006/05/03/internacional/1146607202_850215.html).

petroleiras (STEFANONI, 2010, p. 123).

Dessa forma, o novo modelo econômico, capitalismo andino-amazônico, era pautado pela construção de um Estado forte, que regule a expansão da economia industrial, extraia seus excedentes e os transfira ao âmbito comunitário para potenciar formas de auto-organização e de desenvolvimento mercantil propriamente andino e amazônico (GARCÍA LINERA, 2006).

O aprofundamento deste modelo econômico foi legitimado através da aprovação de algumas leis, entre elas a Lei Nº 337 de 11 de Janeiro de 2013<sup>27</sup>, muito criticada por legitimar desmatamentos ilegais para cultivar as terras com o fim de exportação, dando poder aos donos de terra em regularizar a propriedade sem ocorrer desapropriação das terras que foram desmatadas. A intenção era criar um espaço propício para o crescimento do setor primário-exportador, o que seria contraditório com o modelo de “bom viver”.

Sendo assim, observa-se o princípio do “viver bem” (*summaj qamaña*), supostamente vinculado à cosmovisão indígena – em contraposição ao “viver melhor moderno ocidental”. Svampa (2019, p. 55), analisa que "el buen vivir tiene como uno de sus ejes centrales la relación del hombre con la naturaleza como parte integrante de ella. De este modo, conlleva otros lenguajes de valoración (ecológicos, religiosos, estéticos, culturales) respecto de la naturaleza, al plantear que el crecimiento económico debe estar supeditado a la conservación de la vida".

O Bom Viver articula novos princípios de produção e propriedade, identidade e subjetividade e uma nova forma de entender e produzir conhecimento sobre o mundo. Essa cosmovisão critica a ideologia de progresso e a busca por alternativas à sociedade contemporânea, reconhecendo os valores da natureza e da cultura indígena oprimida e subordinada. Portanto, busca articular as necessidades de desenvolvimento com critérios ecológicos, subordinando os objetivos econômicos.

Entretanto, o modelo de desenvolvimento boliviano apresenta contradições, pois “como o Bem Viver é muito mais que somente a satisfação de necessidades e o acesso a serviços e bens, além do bem-estar baseado na acumulação de bens, não pode ser equiparado com o desenvolvimento, já que este é inapropriado e altamente perigoso de se aplicar quando queremos construir o primeiro” (STEFANONI, 2010, p. 127).

La dimensión de disputa y de conflicto introducida por la nueva dinámica de acumulación del capital basada en la presión sobre los bienes naturales, las tierras y los territorios, fue generando enfrentamientos entre, por un lado, organizaciones

---

<sup>27</sup> Mais informações sobre esta lei em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-L-N337.xhtml>.

campesino-indígenas, movimientos socioterritoriales, colectivos ambientales, y, por otro lado, gobiernos y grandes corporaciones económicas, lo cual abarcó no sólo a los regímenes conservadores y neoliberales, sino también a aquellos progresistas, que tantas expectativas políticas habían despertado (SVAMPA, 2019, p. 12).

Nessa linha, uma das políticas mais controversas de seu governo foi o projeto de construção de uma rodovia através da Floresta Amazônica, que foi contestada por muitos grupos ambientais e indígenas. Em 2011, o governo boliviano planejou a construção de uma estrada financiada pelo Brasil no Parque Nacional e Território Indígena Isiboro Sécore (TIPNIS), uma área rica em biodiversidade, sendo o primeiro local de povos comunitários que foi demarcado. Com isso, a Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB) organiza uma paralisação das estradas com a VIII Marcha Indígena pela Defesa do Tipnis. O governo reprimiu a manifestação e suspendeu-se o prosseguimento do projeto<sup>28</sup>, alegando que foi pedido do povo e assim, obedeceu<sup>29</sup>. Logo, deixou clara a descontinuidade do apoio entre o grupo do movimento indígena e Morales (JARDIM, 2022, p. 8-9).

O governo enfrentou críticas por lidar com os protestos e com a imprensa, acusando Morales de contradição, por “optar por uma política desenvolvimentista ou sustentar os princípios eco indigenistas que o levaram ao poder” (BUCCI, 2011).

É paradoxal o panorama apresentado pela Bolívia em matéria de desenvolvimento, pois, se está claro que a política de Evo Morales aponta a ruptura de uma visão monocultural do Estado, não é menos certo que, em consonância com outros países da região, reativou-se uma ilusão desenvolvimentista, ainda que nacionalista, alentada pela abertura de novas oportunidades econômicas e pelas demandas de commodities do mercado externo (STEFANONI, 2010, p. 128).

Embora houvessem manifestações sociais contra o neoextrativismo,

Para Linera, sin más extractivismo no habría cómo sostener las políticas sociales, lo cual significaría el fracaso del gobierno y la inevitable restauración de la derecha. En segundo lugar, en un marco de escalada del conflicto, en contextos tan virulentos y

<sup>28</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/10/bolivia-aprova-lei-que-suspende-obra-de-rodovia-que-vai-cortar-amazonia.html>.

<sup>29</sup> "En 2012 el gobierno de Evo Morales llamó a una consulta a las comunidades del Tipnis. Realizada ésta, el informe oficial señaló que 80% de las comunidades consultadas aprobaban la construcción de la carretera. Sin embargo, un informe de la Iglesia católica, realizado junto con la Asamblea Permanente de Derechos Humanos de Bolivia en abril de 2013, indicaba que la consulta “no fue libre ni de buena fe, además no se ajustó a los estándares de consulta previa y se la realizó con prebendas” (SVAMPA, 2019, p. 37).

politizados (...) la posibilidad de realizar una consulta libre, previa e informada a los pueblos originarios – según establece el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) – se enrarece de modo inevitable, y la definición de sus procedimientos, mecanismos y temas termina siendo muy controversial (SVAMPA, 2019, p. 37).

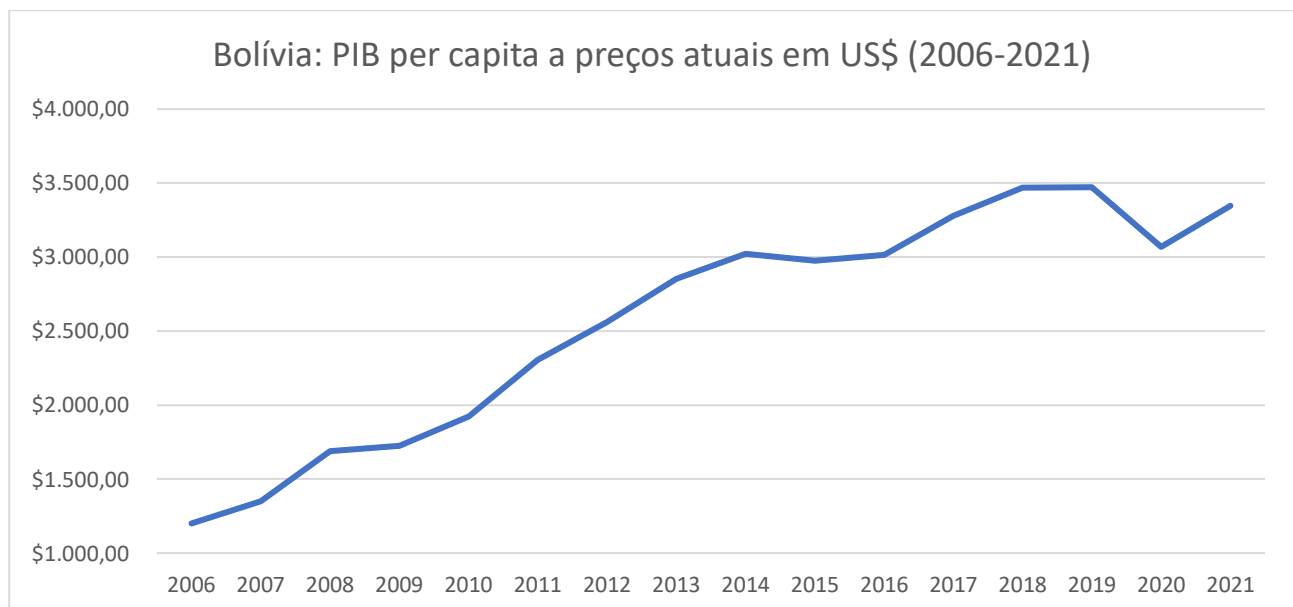
Sendo assim, o paradoxo entre desenvolvimento e as contradições internas levaram a movimentos sociais no país. No segundo mandato de Morales, a elite boliviana estava revoltada com a ascensão de grupos marginalizados passando a integrar espaços de poder, e os indígenas estavam observando divergências do governo com seus interesses. Logo, a imagem do presidente estava enfraquecendo.

Contudo, em 2019, Morales foi reeleito para um quarto mandato como presidente, mas os resultados das eleições foram contestados, com denúncias de fraude. Isso levou a protestos generalizados e Morales, em meio de um golpe, acabou renunciando ao cargo e deixou a Bolívia.

### 3.2 OS ALCANCES, LIMITAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO PROJETO POLÍTICO ECONÔMICO DO GOVERNO MORALES E DAS RELAÇÕES COM A CHINA

Sob a liderança de Morales, o PIB da Bolívia cresceu a uma taxa média de 4,9% ao ano entre 2006 e 2019 – sendo uma das taxas mais altas da América do Sul nesse período. Pode ser observado o crescimento do PIB per capita no gráfico a seguir:

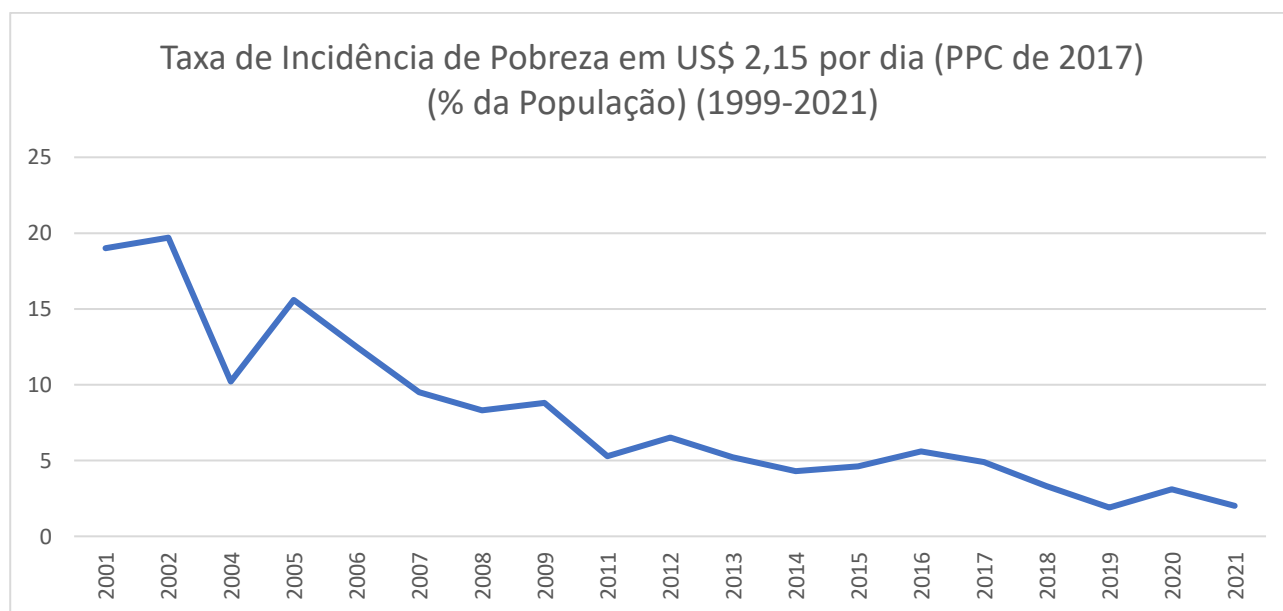
**Gráfico 8** – Bolívia: PIB per capita em US\$ (2006-2021).



Fonte: Banco Mundial, 2023. Elaboração própria.

Uma das conquistas mais significativas do governo de Morales foi a redução da pobreza na Bolívia. Segundo o Banco Mundial, a taxa de incidência de pobreza, com base em US\$2,15 por dia, caiu de 15,6 em 2005 para 1,9 em 2019. O dado mais recente registrado, em 2021, é marcado com uma taxa de 2 (Banco Mundial, 2023).

**Gráfico 9** – Bolívia: Taxa de Incidência de Pobreza em US\$ (1999-2021).



Fonte: Banco Mundial, 2023. Elaboração própria.

Para essas conquistas, observa-se a implementação de políticas que promoveram a industrialização, que incentivaram o investimento estrangeiro, que aumentaram a produção agrícola – com fim de promover a independência econômica, reduzir a pobreza e a desigualdade e aumentar o acesso a serviços básicos.

Como mencionado, a nacionalização dos recursos naturais da Bolívia foi um ponto chave para a economia boliviana, passando a determinar os volumes e preços de exportação, além de retomar o controle da cadeia produtiva através da refundação da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB)<sup>30</sup>. O sociólogo Marco Gandarillas (2014) analisa que:

La nacionalización de los hidrocarburos que propagandiza el gobierno de Evo Morales se limitó a la adquisición de parte de las empresas de extracción - específicamente

<sup>30</sup> "O decreto passa a obrigar todas as empresas a se tornarem sócias da YPFB, que se torna proprietária de 51% das ações, e a renegociar os contratos sobre a distribuição dos lucros, aumentando a parcela que vai para o Estado. Apesar das reações iniciais negativas dos setores afetados, que incluem a brasileira Petrobras, consegue-se renegociar os contratos em condições favoráveis, com ganhos imediatos de arrecadação, que contribuem para um superávit fiscal de 6% em 2006, após anos de déficits recorrentes" (AYERBE, 2011, p. 199).

Chaco S.A. y ANDINA S.A. que como se evidenció tienen una participación marginal en las reservas y producción-, y empresas de transporte, almacenaje y refinamiento.(...), la nacionalización transformó a estas Sociedades Anónimas con participación mayoritaria de transnacionales, en Sociedades Anónimas con participación mayoritaria del Estado (GANDARILLAS, 2014, p. 105).

Portanto, o Estado se torna mais presente nas empresas extrativas. Nesse sentido, há uma tentativa do governo de Morales de desenvolver uma política nacionalista. Contudo, Gandarillas diz que

La privatización minera es mayor a la que existe en el sector hidrocarburífero y está, en mayor proporción inclusive que el petrolero, orientado a la exportación. El Estado no sólo que no ha recuperado soberanía sino que, a diferencia de lo que ocurre en su par petrolero, no se ha planteado ninguna medida que incremente las recaudaciones por las exportaciones de minerales aún en la etapa de auge de los precios internacionales. Por el contrario, alentó la expansión de formas privadas tercerizadas como son las cooperativas mineras que tienen una creciente participación en las exportaciones – ya que son desde 2012 es el subsector que concentra en proporción la mayor parte de éstas - y que en contrapartida aportan menos en términos de impuestos y regalías (GANDARILLAS, 2014, p. 114).

Mesmo que a Bolívia não tenha recuperado sua soberania, “para el régimen del MAS, el mayor logro de la nacionalización es la mayor renta petrolera de la que se beneficia el Estado y que ciertamente creció debido al mayor porcentaje de participación estatal establecido en la Ley No 3050 de mayo de 2005, aunque el factor que más incidió en el crecimiento de la renta fueron los precios internacionales (GANDARILLAS, 2014, p. 107).

Enquanto os preços do gás natural destinados ao mercado interno se mantiveram baixos, os preços no mercado internacional oscilavam marcando uma tendência de crescimento na economia boliviana. Com isso, os volumes de bens produzidos e exportados aumentaram, dando a posição de "centro gasífero regional" à Bolívia, ampliando a integração com os países latino-americanos<sup>31</sup>.

Sendo assim, a medida de privatização das empresas prosperava devido a fatores externos como o aumento do preço do gás natural, que, embora tenha aumentado as receitas

---

<sup>31</sup> "La política consiste en ampliar el contrato con Argentina-Enarsa mediante la habilitación del Gasoducto Noreste Argentino (GNA) con una inversión de 49,3 Millones de dólares; con Brasil supone que dicho país reconozca el pago de licuables de gestiones pasadas (2007 al 2010); y la apertura de los mercados de Uruguay y Paraguay. Ministério de Hidrocarburos y Energía Memoria Anual 2009" (GANDARILLAS, 2014, p. 108).

petrolíferas do Estado, foi um fator que permitiu a Bolívia identificar-se com os objetivos das transnacionais de aumentar rapidamente os volumes de bens naturais extraídos. Com efeito, “el Estado rebasó los volúmenes extraídos en los regímenes neoliberales, al extremo que a 2013, 83% de las exportaciones del país corresponden a hidrocarburos y minera” (GANDARILLAS, 2014, p. 109).

#### Segundo Gandarillas:

Para el gobierno del MAS, el crecimiento de los volúmenes exportados es en sí mismo un buen indicador de desempeño, sin considerar el carácter neocolonial de las mismas que, como demostramos, se destinan mayoritariamente a mercados como el de los Estados Unidos, potencia imperialista con la que el gobierno de Bolivia llegó a romper relaciones diplomáticas. Bajo esta lógica, la frontera de la política exterior antiimperialista de Bolivia se acaba donde comienzan los negocios de exportación (GANDARILLAS, 2014, p. 113).

A lógica de que a fronteira da política externa anti-imperialista termina onde começa a exportação é analisada com o aprofundamento do extrativismo e das relações de cooperação financiadas pelo capital estrangeiro. Dessa maneira, evidencia-se a necessidade da expansão da fronteira extrativista em busca de recursos naturais para atender o mercado externo.

Marco Gandarillas (2014) resalta que todos os recursos naturais são não renováveis, logo se esgotam. Como consequência, com uma concentração menor de minerais, os preços aumentam e tornam a exploração menos rentável. Além disso, a qualidade dos minerais é inferior quando comparado há meio século atrás. Entretanto, " para el neoliberalismo la solución al problema del agotamiento de las reservas y la baja productividad de estos sectores, eran mayores inversiones y tecnología; contando con la asistencia financiera y técnica de las transnacionales sería posible encontrar nuevas reservas que nos permitirían continuar exportando nuestros recursos naturales"<sup>32</sup> (GANDARILLAS, 2014, p. 118-120).

Com o investimento estrangeiro associado à escassez de concentração de minerais, introduziram técnicas de exploração a céu aberto, aumentando o volume da recursos explorados, assim como os impactos sociais e ambientais<sup>33</sup>. No setor de hidrocarbonetos, expandiram as zonas de exploração e exportação. Entretanto, não se destinam recursos suficientes para atender as necessidades do mercado externo e a reposição das reservas. (GANDARILLAS, 2014, p. 120).

Por outro lado, essas práticas permitiram ao governo usar a receita gerada para

<sup>32</sup> Por exemplo, no caso do petróleo, enquanto de 1997 a 2005 existiam 101 poços exploratórios, de 2006-2012 haviam somente 21 poços (GANDARILLAS, 2014, p. 121).

<sup>33</sup> "Como ocurrió con las minas de oro de Oruro explotadas en los años 90 por COMSUR o la mina a cielo abierto más grande de plata y zinc, San Cristóbal, que inició operaciones en 2006" (GANDARILLAS, 2014, p. 120).



financiar programas sociais, como o programa *Bono Juancito Pinto* (BJP), vinculado ao Ministério da Educação da Bolívia, tinha como objetivo melhorar o acesso à educação, promover mobilidade social e diminuir a pobreza para as futuras gerações. Com isso, davam suporte às famílias bolivianas através de investimentos anuais em materiais escolares, de transporte e alimentação para crianças e adolescentes: “o financiamento do BJB é promovido pela renda da exportação de petróleo e gás para o Brasil e Argentina” (PASE E MELO, 2017, p. 320-321).

Outros programas desenvolvidos foram: *Apoyo a la Agricultura Familiar Comunitaria Sustentable*; *Agricultura Familiar Urbana y Periurbana* e *Uso y Aprovechamiento de la Biodiversidad para Fines Nutricionales*. O primeiro tinha como objetivo principal promover a agricultura familiar comunitária sustentável na área rural, para aumentar a produção de alimentos diversificados, melhorando a condição alimentar e nutricional da população boliviana. O programa *Agricultura Familiar Urbana y Periurbana* buscava contribuir para melhorar a segurança alimentar nutricional e geração de renda de famílias em situação de pobreza em áreas urbanas e periurbanas através da produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas. Já o programa *Uso y Aprovechamiento de la Biodiversidad para Fines Nutricionales*, buscava melhorar a segurança alimentar familiar indígena camponesa nativa das comunidades interculturais e afro-bolivianas através do desenvolvimento e uso sustentável produtivo, legal e ordenado das espécies provenientes da fauna e flora silvestre (VARGAS, 2017, p. 36-37).

No meio rural, o governo implementou um seguro agrícola contra desastres naturais, em 2006. Assim como aprovou a Tarifa Dignidade, por exemplo, que reduz em 25% das tarifas de energia elétrica para moradores do meio rural que consomem menos de 30 kilowatts/hora ao mês ou moradores do meio urbano que consomem menos de 70 kilowatts/hora ao mês (STEFANONI, 2010, p. 122).

Cria-se a empresa estatal de alimentos, Emapa, em 2007, que apoia pequenos produtores e contribui para a manutenção de preços dos alimentos. Entretanto, de forma paralela, o governo controlou a escassez de alimentos através da redução temporária das tarifas de importação e/ou a proibição de exportar determinados produtos básicos (ORMACHEA, 2009, p. 37).

Outra característica fundamental do modelo econômico de Morales foi a promoção dos valores e tradições indígenas. O governo implementou políticas para promover o uso de línguas indígenas, reconhecer os direitos indígenas à terra e promover a participação dos povos indígenas no governo e na sociedade.

Contudo, observa-se no contexto interno boliviano, desde os anos 2000, a ascensão da pequena burguesia comercial – chamados aimarás, uma nova camada na sociedade, de origem indígena. Esses comerciantes fazem negócios com fornecedores chineses, estabelecendo vínculos

diretos com empresários da China e importando produtos com sua própria marca. O volume de capital líquido varia de 50 mil dólares a 2,5 milhões de dólares. (REA CAMPOS, 2016, p. 393).

Nas duas últimas décadas, o povo aimará se envolveu cada vez mais na economia mais ampla da Bolívia, principalmente nas áreas urbanas. Muitos migraram de áreas rurais para cidades como La Paz e El Alto, onde encontraram trabalho em diversos setores, incluindo construção, mineração, manufatura e serviços. Surgiram, também, empresários aimarás em vários setores, como turismo, agricultura, artesanato e processamento de alimentos. Por exemplo, muitas comunidades aimarás desenvolveram iniciativas de turismo de base comunitária que oferecem aos visitantes a oportunidade de aprender sobre a cultura e as tradições, ao mesmo tempo em que geram renda para a população local.

Por outro lado, o contexto boliviano do governo Morales é marcado por uma série de movimentos sociais de povos indígenas em busca de reconhecimento de seus direitos. Alguns deles entraram em conflito com o Governo de Morales por conta do avanço sobre os recursos naturais e a destruição dos ecossistemas, como o caso do acordo entre a YPFB e a empresa chinesa BGP Bolívia, de explorar hidrocarbonetos na região amazônica, que, devido a ocupação excessiva do território por trabalhadores, transportes, equipamentos e máquinas, acarretou na fuga dos animais da floresta; os rios e córregos perderam o fluxo e os peixes desapareceram<sup>34</sup>.

Sobre esse tema, a socióloga Maristela Svampa (2019, p. 76-77) descreve uma guerra extrativista pelo controle do excedente entre o governo boliviano e as corporativas<sup>35</sup> mineras, citando o caso do assassinato do Vice-Ministro do Governo Morales<sup>36</sup>, demonstrando a conjunção de clientelismo político e violência extrativista – o governo fornece privilégios econômicos em troca de apoio político.

Contudo, o modelo econômico de Morales foi caracterizado por uma combinação de políticas voltadas para o mercado e intervenção do Estado, com ênfase em gastos sociais, redução da pobreza e promoção de valores indígenas. Embora o modelo tenha enfrentado críticas de alguns setores, principalmente por lidar com a inflação e o investimento estrangeiro, ele foi, de maneira geral, considerado bem-sucedido na promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento na Bolívia, quando se observa as taxas de redução da pobreza e crescimento do PIB entre o período de

---

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.cedib.org/noticias/inversiones-chinas-en-bolivia-informe-denuncia-danos-ambientales-en-territorio-indigena-mongabay-latam12-12-18/>.

<sup>35</sup> "Hay que aclarar que muchas de estas asociaciones ni siquiera son cooperativas, sino empresas privadas encubiertas que subcontratan mano de obra, en condiciones de sobreexplotación, que incluyen extensas jornadas laborales (hasta 16 horas diarias), al tiempo que venden lo extraído a empresas transnacionales" (SVAMPA, 2019, p. 76).

<sup>36</sup> Rodolfo Illanes foi sequestrado durante protesto de mineiros na Bolívia, contra uma lei promulgada pelo presidente Evo Morales, que estimula a formação de sindicatos entre os cooperados. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/08/vice-ministro-morto-por-mineiros-e-velado-na-sede-do-governo-boliviano.html>.

2006 a 2019.

Não obstante, o governo está cheio de contradições: comunidades indígenas da região expressaram preocupação com o impacto ambiental do neoextrativismo e houveram conflitos sobre direitos à terra e extração de recursos. Os planos do governo de fazer parcerias com empresas estrangeiras enfrentaram críticas de povos indígenas e camponeses solicitando um papel mais nacionalista para o desenvolvimento da indústria. Dessa forma, uma das consequências da prática extrativista são os conflitos socioambientais<sup>37</sup>, vistos nas lutas pela terra, através de movimentos indígenas e camponeses.

Analisa-se que a desconfiança gerada no Governo Morales por parte dos povos indígenas se dá por conta de “la expansión de la frontera de derechos (colectivos, territoriales, ambientales) encontró un límite en la expansión creciente de las fronteras de explotación del capital, en busca de bienes, tierras y territorios, lo cual echó por tierra las narrativas emancipadoras que habían levantado fuertes expectativas” (SVAMPA, 2019, p. 35). Dessa forma, observa-se que os movimentos contra o neoextrativismo tinham como principal protagonista a matriz camponês-indígena:

La matriz campesino-indígena se inserta en el marco de la memoria larga de los pueblos indígenas, y se funda sobre la idea de resistencia ancestral, derechos colectivos y poder comunal. En términos de memoria corta, su evolución se conecta con diferentes procesos: a nivel internacional con la descolonización y el reconocimiento progresivo de los derechos colectivos (incorporación del Convenio 169 de la OIT a las diferentes constituciones nacionales, posteriormente en la Declaración Universal de los Derechos de los Pueblos Indígenas); a nivel regional con la crisis del Estado modernizador desarrollista y el relativo fracaso de la integración en una identidad mestizo-campesina; a nivel nacional con el proceso de ampliación de las fronteras étnicas, esto es, la presencia cada vez más masiva de indígenas en las ciudades. Por último, en términos ideológicos se conecta con la crisis del marxismo y el surgimiento del multiculturalismo, como perspectiva de construcción identitaria (SVAMPA, 2019, p. 42).

A matriz camponês-indígena evoluiu ao longo do tempo, ganhando espaço no âmbito internacional ao reconhecerem o direito desses povos, entretanto, ao mesmo tempo, observa-se a perda de um outro espaço, sendo a ocupação de seus territórios. Krenak (2019) discorre sobre a ocupação do território, afetando os povos indígenas e camponeses, restando a disputa dos últimos

---

<sup>37</sup> Conflitos socioambientais são "aquellos ligados al acceso y control de los bienes naturales y el territorio, que suponen por parte de los actores enfrentados interés y valores divergentes en torno de los mismos, en un contexto de gran asimetría de poder" (SVAMPA, 2019, p. 31-32).

redutos onde a natureza é próspera para suprirem suas necessidades alimentares e de moradia. Escreve que "a máquina estatal atua para desfazer as formas de organização das nossas sociedades, buscando uma integração entre essas populações e o conjunto da sociedade" (KRENAK, 2019, p. 21).

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista (KRENAK, 2019, p. 24).

Portanto, a busca pela integração entre as populações indígenas e campesinas e o conjunto da sociedade, se justifica pela invasão de territórios "improdutivos":

La afirmación de que existen regiones marcadas históricamente por la pobreza y la vulnerabilidad social, con una densidad poblacional baja, que cuentan con grandes extensiones de territorios "improductivos", facilita la instalación de un discurso eficientista y excluyente en nombre de las dinámicas globales del capital (SVAMPA, 2019, p. 41).

Mesmo que o Estado boliviano cumprisse com um protocolo antes de invadir esses territórios indígenas, moldado por uma série de medidas para proteger o direito à consulta prévia dos povos que usufruíam da região<sup>38</sup>, Gandarillas (2014, p. 121-122) considera que a ratificação da Convenção 169 da OIT (1992) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), não impede que os direitos desses povos continuassem sendo violados. Observa-se que as medidas de proteção de direitos dos povos indígenas, em relação ao direito à consulta prévia das práticas extrativistas, foram sendo modificadas até ficarem completamente desnaturalizadas.

Este retroceso se inició con la sentencia del Tribunal Constitucional No 0045/2006 de 2 de junio que, en franca contravención al Convenio 169 de la OIT, determinó la inconstitucionalidad del fin de este proceso, es decir de que el resultado de la consulta sea lograr el consentimiento de la comunidad o el pueblo indígena afectado, lo cual coincide plenamente con la orientación del gobierno. ¿Qué sentido puede tener

---

<sup>38</sup> "La Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas adoptada por la ONU en 2007, dio un paso más al involucrar el principio del consentimiento libre, previo e informado para el traslado de grupos indígenas de sus tierras, así como para la adopción y aplicación de medidas legislativas y administrativas que los afecten, entre otras situaciones. Adicionalmente, ordena a los Estados reparar todos aquellos bienes de orden intelectual, cultural o espiritual que los grupos indígenas hayan perdido sin su consentimiento libre, previo e informado. Aunque estas disposiciones no tienen un carácter vinculante, establecen un compromiso fuerte por parte de los Estados y ejerce una presión sobre los mismos para que lleven a cabo una adecuación" (SVAMPA, 2019, p. 59-60).

entonces hacer una consulta previa?" (GANDARILLAS, 2014, p. 122).

Outras medidas que reduzem os direitos dos povos indígenas trata-se da modificação do regulamento de consulta, em maio de 2007, introduzindo que caso os prazos do regulamento não sejam cumpridos, será considerada precatória, ou seja, cabe a Autoridade Competente (AC) ou pelos municípios sujeitos à consulta aprovarem a proposta para continuarem ou não com as atividades extrativas. Em maio de 2008, se estabelece que caso os povos indígenas ou camponeses não apresentem uma proposta de planificação do processo, a AC convoca uma reunião conjunta, no prazo máximo de 7 dias corridos, para preparar e aprovar a proposta escrita e assinar a ata de entendimento, além disso o prazo limite para sua execução não deve exceder 2 meses<sup>39</sup>. Após debates, por fim, o prazo de conclusão da consulta, de 3 meses, reduziu-se a 1 mês para chegarem a um acordo e prosseguirem com as atividades. (GANDARILLAS, 2014, p. 122)

Em março de 2015, o governo boliviano modificou o regulamento de participação e consulta de atividades voltadas à exploração de hidrocarbonetos. Em maio do mesmo ano, decreta-se a abertura da exploração de hidrocarbonetos em zonas protegidas. Sendo assim, analisa-se que, na Bolívia, de 2007 a 2014, foram realizadas 49 consultas prévias para a exploração de hidrocarbonetos, mas essa consulta não teve avaliação do impacto ambiental que causaria. Dessa forma, os povos indígenas não sabem como a exploração em seu território os afetará. Além disso, as avaliações ambientais são uma espécie de "segredo do Estado" e o acesso é restrito aos cidadãos<sup>40</sup>.

Em 2015, ameaça-se expulsar quatro ONGs bolivianas<sup>41</sup> que realizavam trabalhos de investigação sobre o neoextrativismo e a expansão da fronteira de agronegócios. Em 2016, aprova-se uma lei que restringe a liberdade de associação e coloca ONGs críticas em risco de serem fechadas se não forem em conformidade com a Agenda Patriótica 2025 e o Plano de Desenvolvimento Nacional. (SVAMPA, 2019, p. 49-50).

Analisa-se que essas medidas visavam acelerar o processo, limitando o tempo de estudo dos possíveis impactos e não se preocupando com sua qualidade a partir da participação dos povos indígenas. Assim, estes sofriam pelos prazos burocráticos, que ao término não tinham o direito de contestar. Portanto, os movimentos sociais – ataques contra o governo de Evo Morales – buscam encobrir a ineficiência do Estado em políticas de reservas e planejamento do território.

Portanto, observa-se que o modelo neoextrativista, implantado no governo de

---

<sup>39</sup> "Límite que no estuvo establecido en la Ley No 3058 o el reglamento original entendiéndose en ambos que la consulta debía responder a las condiciones y características de cada pueblo y no a límites burocráticos que más bien corresponden a los intereses de los titulares hidrocarburíferos" (GANDARILLAS, 2014, p. 122)

<sup>40</sup> Disponível em: [http://www.cedib.org/post\\_type\\_titulares/cedib-en-7-anos-hubo-al-menos-49-consultas-previas-sobre-hidrocarburos-sin-evaluacion-ambiental-pagina-siete-17-8-15/](http://www.cedib.org/post_type_titulares/cedib-en-7-anos-hubo-al-menos-49-consultas-previas-sobre-hidrocarburos-sin-evaluacion-ambiental-pagina-siete-17-8-15/).

<sup>41</sup> "Centro de Documentación e Información Bolívia (Cedib), Terra, CEDLA y Milenio" (SVAMPA, 2019, p. 49).

Morales apresenta uma série de contradições internas que ocasionam tensas ligações entre extrativismo e direitos humanos:

La asociación entre neoextractivismo y trastocamiento de las fronteras de la democracia aparece como un hecho indiscutible: sin licencia social, sin consulta a las poblaciones, sin controles ambientales y con escasa presencia del Estado, o aun con ella, la tendencia marca la manipulación de las formas de participación popular, con el objeto de controlar las decisiones colectivas. Por otro lado, el aumento de la violencia estatal y paraestatal abre la pregunta sobre los vínculos siempre tensos entre extractivismos y derechos humanos (SVAMPA, 2019, p. 20-21).

Dessa forma, as revoltas e insatisfação dos povos indígenas acarretam em críticas ao governo de Morales, que foi apoiado pela população e organizações camponesas e indígenas, garantindo o direito dos povos indígenas em 2006, quando assume o poder. Entretanto, o povo foi perdendo a esperança de que tinham voz, poder de decisão e direitos humanos – uma perda proveniente da cooperação do governo boliviano com empresas estrangeiras (ZUKER, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho abordamos a política econômica desenvolvida pelo governo de Evo Morales e as relações com a China mostrando alcances e limitações de sua política interna e externa e nas contradições de sua administração: os impactos socioambientais e os limites do modelo econômico.

Desta forma, no Capítulo 1 descrevemos sobre a ascensão chinesa e a atual disputa hegemônica com os EUA, ressaltando a dispersão do capital chinês no sistema internacional desde a década de 1990, mas com focando nas relações com a região latino-americana, que possui caráter de subdesenvolvimento. A prática imperialista vinculada à dinâmica capitalista global, acarreta no aprofundamento da dependência da periferia ao capital estrangeiro, assim como a implementação das práticas neoextrativistas e movimentos sociais.

Anterior ao governo Morales, no início do século XXI, a Bolívia passava por um modelo econômico neoliberal, que acarretou em movimentos sociais, tendo como protagonistas os povos indígenas, que lutavam pelos seus direitos e os direitos da natureza. Dessa forma, em 2006, Evo Morales implanta o modelo econômico chamado "capitalismo andino-amazônico", que visava um Estado forte, buscando a industrialização e na produção de excedente que atendesse o mercado doméstico. Entretanto, o modelo teve suas contradições, pois utilizavam a prática extrativista como um "novo desenvolvimento", acarretando em movimentos sociais e danos ao meio ambiente.

Dessa maneira, o governo Morales trouxe mudanças significativas na política externa da Bolívia durante seus 13 anos de mandato. Logo, o primeiro objetivo específico deste trabalho, que busca descrever as relações diplomáticas do Estado Plurinacional de Bolívia durante o governo de Evo Morales (2006-2019), é descrito no Capítulo 2, demonstrando que um dos pilares da política externa era a integração regional, a ascensão de "novos sócios" na agenda de política externa boliviana e a busca pela soberania do Estado Plurinacional de Bolívia. Para isso, a política de nacionalização dos recursos naturais foi uma das prioridades do Governo Morales, buscando fortalecer o controle estatal sobre a exploração e exportação dos recursos.

Discutimos, também, sobre a influência de Morales em assuntos ambientais em fóruns internacionais, defendendo o reconhecimento dos direitos da natureza no direito internacional. Assim como defendia o direito dos povos indígenas, tanto no âmbito interno como no externo, sendo ele próprio descendente de indígenas.

O segundo objetivo específico, de examinar as relações econômicas do Estado Plurinacional da Bolívia com a China, observando a as relações comerciais e a presença de empresas e capitais chineses no país, se expressa no segundo tópico do Capítulo 2. A Bolívia fortaleceu, durante

o governo de Morales, seus vínculos com a China, sendo as relações diplomáticas entre ambos países caracterizadas por cooperação mútua e parceria econômica expressadas em investimentos significativos da China em vários setores da economia boliviana e o aumento das relações comerciais. O fortalecimento dessas relações evidencia o interesse chinês num país rico em recursos naturais, assim como o interesse da burguesia boliviana em fazer negócios com os chineses.

Nesse sentido, comentamos que a relação da Bolívia com a China remete a um intercâmbio comercial com caráter de complementaridade – a Bolívia exporta uma variedade de minerais e a China exporta uma variedade de produtos manufaturados – tendo, a Bolívia, uma balança comercial deficitária em relação à China. Ademais, a China investe seu capital na Bolívia para a construção de megaprojetos que viabilizem a economia, visando a industrialização – projetos de extração de gás, lítio, ferro, a expansão do agronegócio, entre outros. Além do investimento em infraestrutura, como represas para geração de energia, rodovias, entre outros.

A nacionalização dos recursos energéticos bolivianos levou a criação de empresas estatais que supervisionassem o desenvolvimento das indústrias extrativas – geralmente sendo empresas estrangeiras. Dessa forma, as empresas chinesas na Bolívia investiam em projetos que acarretavam em impactos no ecossistema e impactos sociais aos povos indígenas.

Sendo assim, analisamos o último objetivo específico do trabalho, que busca indagar na política econômica do governo Morales, suas relações econômicas internacionais e os impactos socioambientais. Logo, analisa-se que um dos pilares do governo boliviano de 2006 a 2019, além de recuperar a soberania, era evitar a exploração irracional das reservas através da política de exportação de recursos naturais pelas transnacionais. Além disso, o governo caracterizou-se pelo compromisso de reduzir a pobreza e promover a inclusão social, bem como pela disposição de desafiar as corporações estrangeiras e promover o controle estatal sobre os recursos naturais.

Nesse sentido, analisamos o princípio do Bom Viver, utilizado por Morales, que defende o desenvolvimento articulados a critérios ideológicos, subordinando os objetivos econômicos. Por outro lado, observamos os movimentos sociais, que ocorreram nesse período, manifestando-se contra a prática neoextrativista, que desprioriza territórios, expandindo a fronteira extrativista em busca de recursos naturais para atender o mercado externo. Portanto, os movimentos sociais buscam encobrir a ineficiência do Estado em políticas de reservas e planejamento do território e proteção dos direitos da natureza.

As poucas normas que garantiam o direito de consulta prévia dos povos indígenas foram desnaturalizadas ao decorrer do governo por uma série de medidas que modificam os acordos pré-estabelecidos, com o intuito de acelerar a execução das atividades extrativas. Assim, gerando obstáculos que se opõem ao desenvolvimento e bem-estar da sociedade boliviana. Ademais, os



discursos de Morales nos eventos internacionais em defesa do meio ambiente não condizem com suas políticas de expansão da fronteira extrativista, resultando na perda do controle desses territórios pelo Estado que passam a ser controlados pelo capital estrangeiro. O aprofundamento do extrativismo acarreta na erosão da democracia e na violação de direitos.

Desta forma, a relação com a China foi, no governo de Morales, uma estratégia de ampliar a autonomia da região em relação a hegemonia estadunidense. Entretanto, como visto no trabalho, tratam-se de relações de assimetria de poder que aprofundam a dependência boliviana do capital chinês. Sendo assim, analisa-se que a redução da pobreza e as políticas de inclusão social coexistem com a perda da autonomia das organizações e movimentos sociais, persistindo as desigualdades e o compromisso do governo com as empresas extrativistas influenciados pelo capital transnacional.

Ressalta-se que a situação dos povos indígenas representa um cenário de contrastes e contradições repleto de debates sobre os processos de uma democracia pluralizada nas sociedades latino-americanas do século XXI. Esse debate ultrapassa o ambiente doméstico para o nível internacional, na busca de direitos coletivos. Por um lado, desde meados do século XX, observa-se a expansão da fronteira dos direitos culturais e políticos dos povos indígenas e, por outro lado, a expansão das fronteiras do capital, através de práticas neoextrativistas, demonstra um encurralamento desses povos com as ameaças sobre a preservação dos recursos básicos de reprodução de vida.

Contudo, esse tema é de extrema relevância no século XXI, pois a economia chinesa tende a crescer ao decorrer do tempo, assim, expandindo a relação com o país boliviano, não somente em cooperação e financiamentos de infraestrutura, mas nas exportações de commodities. Como consequência, além da escassez de recursos naturais, a violação dos direitos indígenas de território é afetada. Portanto, medidas protetivas a esses povos, no âmbito internacional, são necessárias para o desenvolvimento do país boliviano.

Em síntese, podemos fechar o trabalho dizendo que durante o governo Morales houve avanços em termos econômicos, políticos e sociais e uma tentativa de industrializar o país, desenvolver um capitalismo “andino amazônico” e estabelecer novas alianças como estratégia para ampliar a autonomia da Bolívia em relação a hegemonia estadunidense. Porém, a gestão de Morales mostrou limitações e contradições: o aprofundamento de um modelo extrativista que atenta contra o meio ambiente e as populações camponesas e originárias, a continuidade da dependência, o surgimento de uma nova burguesia e o aumento do conflito social.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A revolução Boliviana**. Segunda edição. São Paulo [Brasil]: Editora Unesp, 2007.

AYERBE, Luis Fernando. Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales. **Lua nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo [Brasil], n. 83, p. 179-216, 2011.

AZCUY AMEGHINO; ROMERO. El Imperialismo y el Sector Agroindustrial Argentino: ideas, referencias y debates para reactivar una vieja agenda de investigación. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales**, Bahía Blanca [Argentina], v. 1, n. 4, p. 11-46, Novembro 2011.

BANCO MUNDIAL. World Bank open data. **The World Data Bank Data**, Washington [Estados Unidos], 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 26 mai. 2023.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. A ascensão chinesa, as transformações da economia-mundo capitalistas e os impactos sobre os padrões de comércio na América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, São Paulo [Brasil], v. 24, p. 135-173, Dezembro 2020.

BOLÍVIA. Breve reseña histórica. **Yacimientos de Lítio Bolivianos (YLB)**, La Paz, 2021. Disponível em: [https://www.ylb.gob.bo/inicio/acerca\\_de\\_YLB](https://www.ylb.gob.bo/inicio/acerca_de_YLB). Acesso em: 27 mai. 2023.

BUCI, Adriana. **Evo entre o desenvolvimentismo e a Pacha Mama**. Disponível em: <https://www.ecoamazonia.org.br/2011/10/evo-desenvolvimentismo-pacha-mama/>. Acesso em: 26 mai. 2023.

CANCINO, Adriana Cadena; APONTE-GARCÍA, Maribel. Lítio. Cadenas de valor, empresas, políticas de industrialización y golpe de Estado en Bolivia. In: LAJTMAN, Tamara (comp.). **Bolivia y las complicaciones geopolíticas del golpe de Estado**. Buenos Aires [Argentina], Clacso, 2021. p. 133-160.

CARPIO, Silvia Molina. **La presencia china en Bolivia**: ¿por qué el interés en una de las economías más pequeñas de la región? La Paz [Bolívia]: Plataforma Energetica, n. 15, Junho 2016.

CEPPI, Natalia. La política exterior de Bolivia en tiempos de Evo Morales Ayma. **Si somos Americanos: Revista de Estudios Transfronterizos**, Rosario de Santa Fe [Argentina], v. 14, n. 1, p. 125-151, Jan./Jun. 2014.

GANDARILLAS, Marco. Bolívia: La década dorada del extrativismo. **Extrativismo: Nuevos Contextos de Dominación y Resistencias**, Cochabamba [Bolívia], v. 1, n. 1, p. 103-132, Outubro, 2014.

GARCÍA LINERA, Álvaro. El capitalismo andino-amazônico. **Le Monde Diplomatique**, Janeiro 2006. Disponível em: <https://www.lemondediplomatique.cl/2006/01/el-capitalismo-andino-amazonico.html>. Acesso em: 10 mai. 2023.

JARDIM, Mayara de Oliveira. A Bolívia no Tempo Presente: o governo de Evo Morales (2006-2019) e a ruptura institucional de novembro de 2019. **Boletim Historiar**, São Cristóvão [Brasil], v. 9, n. 4, p. 47-62, Out/Dez 2022.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Tradução: Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro [Brasil]: Objetiva, 2012.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo [Brasil]: Companhia das Letras, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**, São Paulo [Brasil]: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

MUNCK, Ronaldo. **Los Movimientos Sociales em América Latina: cartografiando el mosaico**. Primeira edição. Cochabamba [Bolívia]: LALIBRE Proyecto Editorial, 2021.

NEVES, Bárbara Carvalho. **Belt and Road Initiative: a infraestrutura como plataforma de expansão da atuação da China na América Latina**. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/2021/05/04/belt-and-road-initiative-a-infraestrutura-como-plataforma-de-expansao-da-atuacao-da-china-na-america-latina/>. Acesso em: 26 mai. 2023.

NOLASCO, Janaina Fonseca. **Investimento estrangeiro direto chinês no triângulo do Lítio: dependência, imperialismo e hegemonia**. Tese (Bacharel em Relações internacionais e Integração) – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu [Brasil], 2022.

ORMACHEA, Enrique. **Soberanía y seguridad alimentaria en Bolivia: políticas y estado de situación**. La Paz [Bolívia]: CEDLA, 2009.

PANNAIN, Rafaela Nunes. **A crise do Estado boliviano e a autonomia indígena**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo [Brasil], 2014.

PASE, Hemerson Luiz; MELO, Claudio Corbo. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro [Brasil], v. 51, n. 2, p. 312-329, Abril 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/jr9G6qgp3Msfnd7vKWzgcgN/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PAUTASSO, Diego. A economia continental chinesa e seu efeito gravitacional. **Revista Sociologia Política**, Curitiba [Brasil], n. suplementar, v. 19, p. 45-56, Novembro 2011.

PINI, André Mendes Pini. A Crescente presença chinesa na América Latina: desafios ao Brasil. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 21, Set./Dez. 2015.

REA CAMPOS, Carmen Rosa. Complementando racionalidades: la nueva pequeña burguesia aymará en Bolívia. **Revista Mexicana de Sociologia**. Ciudad de México [México], v. 78, n. 3, p. 375-407, Setembro 2016.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. O pouso do dragão na América do Sul: uma análise dos China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean e do projeto da Nova Rota da Seda. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 19, n. 37, p. 78-105, Outubro 2020.

ROMERO WIMER, Fernando; FERNANDEZ HELLMUND, Paula. La larga marcha de China como potencia global. **Revista Izquierdas**, Santiago [Chile], v. 1, n. 49, p. 2658-2683, Abril 2020.

SHYAN SHU, Silvana Shiow. **A inserção internacional da China no pós-Guerra Fria**. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo [Brasil], 2005.

STEFANONI, Pablo. Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. **Lutas Sociais**, São Paulo [Brasil], n. 24, p. 115-131, 2010.

SVAMPA, Maristella. **Las Fronteras del Neoextractivismo en América Latina**: conflictos socioambientales, giro decolonial y nuevas dependencias. Primeira edição. [Alemanha]: CALAS, 2019.

UN Comtrade data. International Trade in Goods based on UN Comtrade data. **UN Comtrade data**, [Reino Unido], 2023. Disponível em: <https://dit-trade-vis.azurewebsites.net/?reporter=826&type=C&year=2021&flow=2&commodity>. Acesso em: 26 mai. 2023.

VARGAS, Mario. **Apuntes sobre la agricultura familiar en Bolivia**. Primeira Edição. La Paz [Bolívia]: IICA, 2017.

ZUKER, Fábio. **Exploração do petróleo está invadindo territórios indígenas na Bolívia**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/exploracao-do-petroleo-esta-invadindo-territorios-indigenas-na-bolivia/>. Acesso em: 26 mai. 2023.